



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Daniel Leite De Nadai

**MINKA POR LA VIDA: UMA ANÁLISE DOS LIMITES DO PROGRAMA DO
PARTIDO PACHAKUTIK COMO ALTERNATIVA AO PROGRAMA ECOLÓGICO DO
CAPITAL.**

RIO DE JANEIRO

2021

Daniel Leite De Nadai

**MINKA POR LA VIDA: UMA ANÁLISE DOS LIMITES DO PROGRAMA DO
PARTIDO PACHAKUTIK COMO ALTERNATIVA AO PROGRAMA ECOLÓGICO DO
CAPITAL**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Instituto de Economia da
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
como requisito para a obtenção do título
de Bacharel em Ciências Econômicas

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Mello de
Malta

Rio de Janeiro
2021

N126m

Nadai, Daniel Leite De
MINKA POR LA VIDA: UMA ANÁLISE DOS LIMITES DO
PROGRAMA DO PARTIDO PACHAKUTIK COMO ALTERNATIVA AO
PROGRAMA ECOLÓGICO DO CAPITAL. / Daniel Leite De
Nadai. -- Rio de Janeiro, 2021.
58 f.

Orientadora: Maria Mello de Malta.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto
de Economia, Bacharel em Ciências Econômicas, 2021.

1. Ecologia marxista. 2. Equador. 3. Economia
verde. 4. Fetichismo. 5. Buen vivir. I. Malta,
Maria Mello de, orient. II. Título.

CIP – Catalogação na Publicação

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

DANIEL LEITE DE NADAI

MINKA POR LA VIDA: UMA ANÁLISE DOS LIMITES DO PROGRAMA DO PARTIDO
PACHAKUTIK COMO ALTERNATIVA AO PROGRAMA ECOLÓGICO DO CAPITAL

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Instituto de Economia da Universidade Federal do
Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do
título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Rio de Janeiro, 12/22/2021.

MARIA MELLO DE MALTA - Presidente
Professora Dra. do Instituto de Economia da UFRJ

MATHEUS FERNANDO MOREIRA DIAS SADDE MARTINS
Mestre em Economia pela UFF

GALENO TINOCO FERRAZ FILHO
Professor Me. do Instituto de Economia da UFRJ

AGRADECIMENTOS

Embora um parto, fazer esse trabalho foi apenas um momento dentro da minha graduação. A gente que é do teatro sabe que em geral produto esconde processo. E “o barato é louco, o processo é lento”. Meus agradecimentos aqui vão pra todos os que participaram dele

Se uma parte da minha graduação foi de militância dentro da universidade, a outra foi de militância fora dela. E nisso, agradeço ao RUA, movimento do qual fiz parte durante alguns bons anos da vida na escola e na faculdade. Agradeço ao Caíque, Maria Clara, Isabelle, Julias, Juliana e lamara. Agradeço ao DCE, por ter me forjado politicamente nas disputas de votos, passagens em sala, assembleias de CAs...

A outra parte, agradeço imensamente aos camaradas que conheci no teatro do oprimido. Estranhamente para alguns, aprendi mais sobre marxismo com eles. Estranhamente para alguns, aprendi mais a beber com eles. Agradeço a toda coordenação da Escola de Teatro Popular de hoje e de ontem. Aos aprendizados com o MTST, Vitto Giannotti e Vila Autódromo. Ao Gab, à parceria e a topar construir esse projeto quando propus. À Thais, a lembrança com remela de nossas experiências no início do projeto. Ao Geo, agradeço sempre por ter me ensinado a disciplina e me apresentar a história dos movimentos sociais com a cultura. Ao Julian, te quero sempre perto me dando esporro de pai a dizer que a luta de classes não é uma corrida de cem metros. Agradeço aos nossos longos áudios e à longa confiança que tenho em ti.

À Dri, fortaleza para não surtar durante a pandemia, e companheirismo para aprender junto. À Sandra, pela generosidade e vigor de me ensinar teatro, poesia e inglês tudo num mesmo caldeirão.

Ao LEMA, agradeço pelos debates, em especial durante a pandemia, que me ajudaram a me manter vivo me lembrando da direção que quero ir. Agradeço a Prof^a Lena Lavinias e ao Prof. Alberto Acosta pela atenção e ajuda na escolha do tema.

Ao MES, pelo acolhimento, em especial à Fabi, Amanda, Theo e Camila.

Às minhas professoras e professores da economia e também dos outros cursos que me meti: em especial ao povo de História da Fundação, às professoras da Direção Teatral e ao Marildo que tive a grata surpresa de conhecer.

À minha orientadora, pelos conselhos, tranquilidade e ajudas no sufoco. À UFRJ por me proporcionar conhecer tanta gente maravilhosa. Por tudo, apesar do orçamento mirrado.

Aos meus amigos, em especial a Anna, João, Alexandre e Daniel. Ao Kenzo por ter se tornado meu irmão, com os piores conselhos e as melhores pilantragens. A todas os nossos bares e viagens juntos, e aos que virão. À Tainá, Mau, Edge e Stefan. Ao Well, pelos cafés surtados em vésperas de provas, à nossa pizza que ainda não aconteceu.

À Maria, por me mostrar que e-mail serve para mais que spams e por topar as aventuras.

Ao Geraldo, que sinto muita falta e que amaria dar a ele esse trabalho para me criticar, embora soubesse que ele seria incapaz, e me banharia de elogios. Comeríamos uma salada de bacalhau ouvindo Dia Branco e cantando sem ritmo e afinação.

Ao meu pai e à minha mãe por estarem sempre ao meu lado quando precisei. Às cobranças necessárias e às desnecessárias. Obrigado pelas cervejas e vinhos e cachaças e licores...à vocês toda minha admiração e amor.

“Há um quadro de Klee intitulado Angelus Novus. Representa um anjo que parece preparar-se para se afastar de qualquer coisa que olha fixamente. Tem os olhos esbugalhados, a boca escancarada e as asas abertas. O anjo da história deve ter este aspecto. Voltou o rosto para o passado. A cadeia de fatos que aparece diante de nossos olhos é para ele uma catástrofe sem fim, que incessantemente acumula ruínas sobre ruínas e lhas lança aos pés. Ele gostaria de parar para acordar os mortos e reconstituir, a partir dos seus fragmentos, aquilo que foi destruído. Mas do paraíso sopra um vendaval que se enrodilha nas suas asas, e que é tão forte que o anjo já não consegue fechar. Este vendaval arrasta-o imparavelmente para o futuro, a que ele volta as costas, enquanto o monte de ruínas à sua frente cresce até o céu. Aquilo a que chamamos progresso é este vendaval.”

W. Benjamin em O anjo da história

RESUMO

Esse trabalho consiste numa análise do programa Minka Por La Vida, plano de governo apresentado para as eleições presidenciais equatorianas de 2021 pelo partido Pachakutik. O programa foi defendido nas urnas pelo candidato Yaku Pérez. O partido surgiu e cresceu nas lutas indígenas contra o extrativismo e pela defesa da soberania política das suas comunidades. Para auxiliar na análise, fazemos um esboço das bases da economia verde como programa ecológico do capital e depois de formulações críticas como a ecologia marxista e o bem-viver. Queremos verificar pontos de convergência e divergência do programa com essas abordagens. Assim, pretendemos mostrar as virtudes e os limites desse programa para enfrentar de maneira consequente a crise ambiental que vive a humanidade no século XXI.

Palavras-chave: Pachakutik, Bem-Viver, Ecologia Marxista, Economia Verde, Minka por La Vida

ABSTRACT

This work is about an analysis of the Minka Por la Vida program, government plan presented in the ecuadorian presidential elections in 2021 by the Pachakutik party. The program was defended in the voting booths by the candidate Yaku Pérez. The party came up and raised in the middle of the indigenous struggle against the extractivism and the defence of their communities political sovereignty. To help us in this analysis, we do a sketch of the green economy basis as the capital ecological program and then we do the same to the critics, in particular the marxist ecology and the Buen Vivir. We want to verify points of convergence and divergence of the program with these three approaches. Therefore, we intend to show the virtues and the limits of this program to stand up for a consequent way to overcome the environmental crisis the humanity lives in the XXI century.

Keywords: Pachakutik, Buen Vivir, Marxist Ecology, Green Economy, Minka Por la Vida

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	9
2.	O PROGRAMA VERDE DO CAPITAL.....	12
	2.1 BREVES CONSIDERAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO TEÓRICO DO TEMA ECOLÓGICO NO CAMPO ACADÊMICO DA ECONOMIA.....	12
	2.2 O QUE É A ECONOMIA VERDE?.....	17
3.	FORMULAÇÕES CRÍTICAS A RESPEITO DO TEMA ECOLÓGICO: A ECOLOGIA MARXISTA E O <i>BUEN VIVIR</i>.....	34
	3.1 ECOLOGIA MARXISTA.....	34
	3.2 O <i>BUEN VIVIR</i>	44
4.	PACHAKUTIK: PROGRAMA DE GOBIERNO <i>MINKA POR LA VIDA</i>...49	49
5.	CONCLUSÕES.....	59
6.	REFERÊNCIAS.....	62

INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho será o debate ecológico no contexto da América Latina, em especial o caso equatoriano. O principal objetivo consiste em analisar o programa político do Partido Pachakutik, que foi apresentado para as eleições presidenciais do Equador em fevereiro de 2021 (PACHAKUTIK, 2021), e confrontá-lo com a Economia Verde. O partido tem origem nos movimentos sociais organizados dos indígenas do Equador que ganharam força na década de 1990. A fundação da Confederação das Nacionalidades Indígenas (CONAIE) em 1986 foi um marco importante na organização dos povos indígenas e que depois teria papel decisivo no grande levante indígena de 1990. A partir dessas manifestações, os indígenas passaram, durante todos os trinta anos seguintes, a alcançar um papel protagonista na luta política do país, que resultou em 1995 na criação do Partido del Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik. Essa palavra indígena “Pachakutik” quer dizer reestruturação do tempo-espço. O termo se refere a que, passados 500 anos de dominação, é chegada a época de transformações que passariam pela retomada do controle da maioria da população sobre suas próprias vidas, deixando de viver debaixo de um modo de produção que lhes alienou da sua forma de organizar a vida coletivamente:

Começar um novo tempo, é possível, um Pachakutik (a transformação estrutural do tempo-espço). Aos quarenta anos de democracia eleitoral, somos testemunhas de uma crise geral no país, uma das mais complexas da nossa história. A pandemia COVID19 tem tempos acelerados. Assistimos à sobreposição de várias crises: ambiental, econômica, política e ética. É a amostra do fracasso dos modelos e grupos econômicos e políticos que se reviraram na direção do país: o modelo neoliberal de fé no mercado livre e na globalização capitalista, promovido pelos banqueiros e monopólios comerciais; e o modelo estatista sob controle do partido, impulsionado pelos novos ricos e pela tecnocracia. Estão unidos pelo cordão umbilical do rentismo-extratativismo e do capital financeiro, da submissão aos poderes transnacionais e da corrupção. (PACHAKUTIK, p. 4, 2021 - tradução livre do autor)¹

¹ Empezar un nuevo tiempo, es posible, un Pachakutik (la transformación estructural del tiempo espacio). A los cuarenta años de democracia electoral somos testigos de una crisis general del país, una de las más complejas de nuestra historia. La pandemia de COVID19 ha acelerado los tiempos. Presenciamos la superposición de varias crisis: ambiental, económica, política y ética. Es la muestra del fracaso de los modelos y los grupos económicos y políticos que se han turnado en la dirección del país: el modelo neoliberal de fe en el mercado

Nesse trecho que compõe a introdução do programa fica exposta a identificação do governo Correa como representante de uma fração da classe dominante. O “*modelo estatista*” permitiu uma maior participação do Estado, mas o modelo econômico tem o mesmo eixo de acumulação: o capital financeiro e o extrativismo.

Em 2007, os movimentos sociais indígenas tentaram impedir a extração de petróleo em território indígena. A iniciativa chegou a ser incorporada por Correa em seu governo devido à pressão social, mas em seguida abandonada. Em 2015, ainda sob Correa, os movimentos indígenas foram fortemente reprimidos, com a prisão e espancamento de seus principais líderes.²

O Programa do Partido Pachakutik é, pela introdução histórica que apresentamos, resultado de todo esse processo de lutas de décadas, ao mesmo tempo que não o representa completamente, na medida em que o movimento indígena não se constitui enquanto uma unidade homogênea. Digo isso, pois pretendemos demarcar que o programa *Minka Por la Vida* que nasce em 2020 do Parlamento dos Povos do Equador, uma instância de debate e formulação de movimentos sociais, guarda diferenças com o programa homônimo que é apresentado pelo partido para as eleições presidenciais de 2021. Além disso, também há importantes disputas dentro do partido, com lideranças mais socialistas e outras mais identitárias.

O programa Pachakutik precisa ser localizado historicamente, a fim de não tratá-lo como um desenho para cuja árvore não delineamos um chão. A América Latina entra na divisão internacional do trabalho como território a ser sugado, e permanece como tal numa relação de exportação de produtos de baixo valor agregado como os agropecuários e extrativos. O Equador é território de petróleo

libre y en la globalización capitalista, impulsada por los banqueros y los monopolios comerciales; y el modelo estatista bajo el control del partido, impulsado por los nuevos ricos y la tecnocracia. Les une el cordón umbilical del rentismo-extrativismo y del capital financiero, el sometimiento a los poderes transnacionales y la corrupción. (PACHAKUTIK, p. 4, 2021)

² Pablo Ospina, docente da Universidad Andina Simón Bolívar, é um pesquisador referente no tema. Um dos artigos onde se pode debater a relação do correísmo com as manifestações é: VERA ROJAS, SOFÍA, & LLANOS-ESCOBAR, SANTIAGO. (2016). Ecuador: La democracia después de nueve años de la "Revolución Ciudadana" de Rafael Correa. *Revista de ciencia política (Santiago)*, 36(1), 145-175.

onshore, minerais como ouro, prata e chumbo, assim como de monocultura de banana e cacau. (O'CAMPO & BERTOLLA, 2012; ACOSTA, 2006). É também um grande produtor mundial de arroz, azeite de dendê, abacaxi e outros produtos agrícolas. O programa em discussão surge a partir dos movimentos sociais, especialmente indígenas, críticos ao governo do Alianza País encabeçado por Rafael Correa, que intensificou o extrativismo, dessa vez em parceria com o imperialismo chinês (BARRETO, 2016).

Nos objetivos intermediários, inicialmente, (1) faremos um levantamento dos elementos essenciais que compõem o que se pode identificar como as bases teóricas da economia verde, o programa do capital para tentar responder as demandas ecológicas que têm surgido de forma mais assertiva e com mais apelo social nas últimas três décadas. Em sequência (2), apresentaremos também algumas das contribuições que têm sido formuladas vindas do marxismo e também do *Buen Vivir*. Apenas terminada essa etapa teremos alguma capacidade analítica para lidar com o programa *Minka por la Vida* em si mesmo. É à procura de um programa ecológico anticapitalista que investigaremos o programa Pachakutik. Sempre encarando-o como um programa em construção, reconhecendo-o como forjado na luta dos movimentos sociais organizados, o que, no entanto, não significa dizer que não possam ser disputados ou incorporados como meros souvenirs exóticos esvaziados de conteúdo. Bem vindos às nossas dúvidas e inquietações d'alma.

2. O PROGRAMA VERDE DO CAPITAL

2.1 BREVES CONSIDERAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO TEÓRICO DO TEMA ECOLÓGICO NO CAMPO ACADÊMICO DA ECONOMIA

Havia nos economistas clássicos uma preocupação em relação aos limites do crescimento econômico. Malthus, por exemplo, ficou marcado por considerar que o progresso econômico atingiria um limite dado pelo crescimento populacional em ritmo mais acelerado que a capacidade de produção das terras agricultáveis cujo teto determinaria um estado estacionário da economia. David Ricardo pensa o limite dado pela forma de ocupação das terras, das mais produtivas em direção às menos produtivas. Na medida em que a produção aumentasse, haveria necessidade de ocupação de mais terras cujo rendimento marginal é menor. Também John Stuart Mill se preocupa com o tema do crescimento econômico, colocando o valor contemplativo da natureza, para além do valor extrativo e da agricultura:

Aqueles que não aceitam o presente estágio muito inicial de aperfeiçoamento humano como seu tipo final podem ser desculpados por serem comparativamente indiferentes ao tipo de progresso econômico que desperta as felicitações dos políticos comuns: o mero aumento da produção (...) É somente nos países atrasados do mundo que o aumento da produção ainda é um objetivo importante; nos mais avançados, é necessária uma melhor distribuição (...) Tampouco há muita satisfação em contemplar o mundo sem deixar nada à atividade espontânea da natureza: com toda a terra cultivada, que seja capaz de crescer alimentos para seres humanos; cada resíduo florido ou pasto natural arado, todos os quadrúpedes ou pássaros que não são domesticados para uso do homem exterminados como seus rivais por comida, cada sebe ou árvore supérflua arrancada e quase não sobrou um lugar onde um arbusto ou flor selvagem pudesse crescer sem ser erradicado como erva daninha em nome da agricultura melhorada. (MILL, 1857 apud PEARSON, 2011 - tradução livre do autor)³

³ Those who do not accept the present very early stage of human improvement as its ultimate type may be excused for being comparatively indifferent to the kind of economic progress which excites the congratulations of ordinary politicians: the mere increase of production (...) It is only in the backward countries of the world that increased production is still an important object; in those most advanced, what is needed is a better distribution (...) Nor is there much satisfaction in contemplating the world with nothing left to the spontaneous activity of nature: with every rood of land brought into cultivation, which is capable of growing food for human beings; every flowery waste or natural pasture ploughed up, all quadrupeds or birds which are not domesticated for man's use exterminated as his rivals for food, every hedgerow or superfluous tree rooted out, and scarcely a place left where a wild shrub or flower could grow without being eradicated as a weed in the name of improved agriculture. (MILL, 1857 apud PEARSON, 2011)

Os trabalhos de Jevons, Menger, Walras e Marshall constituíram uma mudança fundamental no campo econômico até os dias de hoje. O surgimento da Escola Neoclássica é um ponto de virada no entendimento do que produz riqueza nas sociedades capitalistas. Durante esse período, a preocupação com o crescimento econômico - e eventuais limites - foram postos de lado (PEARSON, 2011). A ideia de que a instituição do mercado seria suficiente para gerar eficiência alocativa era uma conclusão desses autores para economias com mercado competitivo. Posteriormente, há uma atualização desse conceito, que enuncia possíveis falhas de mercado que impedem a máxima eficiência na alocação de recursos (PEARSON, 2011). É o caso das externalidades - custos de produção não contabilizados pelo produtor.

A filosofia utilitarista, cujo marco é dado por David Hume, Jeremy Bentham, John Stuart Mill, dentre outros autores, foi base para a economia neoclássica. Tal pensamento foi fundamental para elaborar uma economia normativa - que pudesse julgar ações como desejáveis ou indesejáveis. Ações, portanto, que fazem aumentar a felicidade ou prazer (aumentar a utilidade) do indivíduo são desejáveis; ações que causam dor ou sofrimento (diminuem a utilidade) são indesejáveis. No seu “Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação”, Bentham introduz o debate que o levará a concluir que a motivação humana é a maximização da utilidade:

A natureza colocou a humanidade sob domínio de dois mestres soberanos, a *dor* e o *prazer*. Só eles podem mostrar o que devemos fazer, bem como determinar o que faremos (...) Eles nos governam em tudo o que fazemos, em tudo o que dizemos, em tudo o que pensamos (...) O *princípio da utilidade* reconhece essa sujeição e a aceita como o fundamento [de sua teoria social]”. (BENTHAM, 1954 apud HUNT, 1989)

Nesse texto, Bentham chega próximo de enunciar o princípio da utilidade marginal, e com isso abre os caminhos para o desenvolvimento de uma teoria que busca calcular matematicamente a felicidade e o bem-estar (HUNT, 1989). Jevons é quem fundamenta esse princípio de forma mais robusta. Através de uma linguagem oriunda da matemática, conferia, assim, ao debate econômico, uma validade baseada em características supostamente da natureza humana (o

utilitarismo egoísta, o individualismo atomista, o racionalismo calculista, etc) e desenvolvida a partir do cálculo diferencial (HUNT, 1989). O valor passa a ser determinado pelo grau final de utilidade, conforme já apresentamos mais acima. A maneira pela qual a economia encontrou para mensurar se algo causa prazer ou dor ou se algo causa mais prazer que o prazer gerado por outra coisa é o princípio da *soberania do consumidor*. Ou seja: basta perguntar ao consumidor, é ele quem tem o monopólio de dizer o que lhe causa dor e o que lhe causa prazer. A utilidade, que dá o valor, é subjetiva. Este princípio, combinado com o de que os agentes buscam sempre maximizar sua utilidade, é relativizado por economistas hoje em dia no que diz respeito ao debate ecológico. Alguns afirmam que há informações incompletas ou imperfeitas que precisam ser corrigidas. Por exemplo: as pessoas podem não conhecer todas as consequências de suas decisões e portanto a educação ou campanhas educativas e publicitárias serviriam para auxiliar as tomadas de decisões dos indivíduos. Não é que elas estão tomando decisões erradas, é que elas não têm todas as informações para tomar a decisão correta.

A soma das funções utilidades de cada indivíduo é uma das formas mais comuns de se obter a função de bem-estar social. Essa função mede a utilidade da sociedade como um todo (PEARSON, 2011). Pode-se ainda construir uma função intertemporal, que considera o bem-estar da sociedade ao longo do tempo⁴ e é bastante utilizada por economistas que querem debater o tema ambiental. Essa função é construída considerando uma taxa de desconto intertemporal que mede a preferência da sociedade pelo consumo no presente. Sendo r essa taxa de desconto, U_0 e U_1 a utilidade de um indivíduo no período 0 e no período 1, temos:

$$W = U_0 + U_1/(1+r)$$

Equação 1: Função de bem estar social intertemporal

Evidente que na equação acima utilizamos, para fins de simplificação, apenas o “indivíduo representativo” da economia neoclássica, e apenas dois tempos. Se $r = 0$, a utilidade presente e futura tem o mesmo peso. Se $r > 0$, significa que a utilidade futura é descontada, ou seja, acrescenta menos ao bem estar

⁴ Aqui, a teoria pressupõe que a utilidade é cardinal, ou seja, que os números da utilidade significam algo mais que uma ordem. Por exemplo, se minha utilidade ao consumir um kg de carne é de $2x$ e ao consumir um kg de frango é x , posso dizer que tenho o dobro de utilidade ao consumir a carne ao invés do frango. Para um debate sobre utilidade cardinal e utilidade ordinal, ver (VARIAN, 2015).

intertemporal do indivíduo (W) do que a mesma quantidade no presente. Com um terceiro período, o novo termo descontará duas vezes, fazendo com que o acréscimo de bem-estar seja, exponencialmente, cada vez menor quanto mais no futuro estivermos. Se usamos um $r = 0,04$, estamos valorando a utilidade de nossos bisnetos (em 100 anos) em apenas 2% da nossa hoje - o que ignorando as consequências das nossas decisões atuais sobre a vida das gerações futuras. A maioria dos economistas aceitam a preferência intertemporal positiva, o que significa dizer que a degradação do bem estar da humanidade no futuro é uma realidade inevitável - é uma característica ontológica do consumidor, que por sua vez “consumidor” é uma característica ontológica do ser humano.

Para não apressar a conclusão, trabalharemos mais esse tema adiante, no subcapítulo de ecologia marxista, com as críticas aos modelos que consideram a taxa de juros (em geral considerada como a taxa de desconto) como medida fundamental para o consumo atual. A contradição que já aqui se inicia é que não há taxa de desconto positiva possível que seja solução para garantir a vida das futuras gerações.

O debate ecológico dentro do campo acadêmico da economia se dá hoje especialmente através dos estudos da subdisciplina da Economia Ambiental e dos Recursos Naturais. A principal referência que utilizo aqui é o manual *Natural Resources and the Environmental Economics* de Roger Perman et al (2011). Essa área não questiona as bases da teoria marginalista que concebe o problema econômico como um problema de maximização da utilidade. É, portanto, um campo de estudos que não critica a teoria do valor utilidade cujo centro criador de valor está no processo de circulação de mercadorias - e não na produção. Isto explica o uso dos mecanismos de mercado e da regulação estatal como formas de controle da poluição sempre *post-festum*⁵ - uma crítica que age após o processo de produção. Valor e preço deixam de ser conceitos distintos como Marx os apresentou. A principal contribuição dessa área é a internalização dos custos sociais gerados pelo produtor na função de produção - internalização das

⁵ Esse termo é parte da crítica feita por Daniel Cunha a essas formas de controle da poluição. Ver “O Antropoceno como fetichismo” (2015).

externalidades. Para além dos fatores de produção tradicionais (capital e trabalho), esta literatura inclui outros fatores como o fluxo de resíduos.

Na década de 1980, nasce a Economia Ecológica que parte de uma tentativa de ver o problema por uma perspectiva mais interdisciplinar do que a Economia Ambiental. A crítica partia do entendimento de que o planeta é um sistema termodinâmico fechado, em que não há troca de fluxos materiais com o ambiente, apenas trocas energéticas (a radiação e a irradiação solares). Com isso, se apresenta um limite para o crescimento do estoque material de riqueza que, segundo os economistas ecológicos, não era considerado anteriormente. Evidente que a reciclagem é uma contratendência em relação a esse limite, mas reciclar apenas joga para frente o problema, uma vez que é impossível reciclar 100% do resíduo material da produção (PEARSON, 2011). Embora traga questionamentos importantes para o debate sobre os limites do crescimento econômico capitalista, essa subdisciplina não questiona as bases sob as quais é fundada a Economia Ambiental e dos Recursos Naturais, a saber, a teoria do valor e o fetiche da mercadoria. A introdução que fizemos acima, sobre o debate no campo acadêmico da economia, é breve pois nosso objetivo neste capítulo é o conceito de economia verde, que é como o debate econômico se apresenta no campo político. Para aprofundamento no tema, além do manual já citado, recomendamos o artigo “*O fundamento central da economia ecológica*” de José Eli da Veiga e Pedro Cechin.

Essas abordagens, que dão corpo teórico à economia verde, estão equivocadas pela incapacidade de perceber a totalidade. O conflito de classes que caracteriza a sociedade capitalista também se expressa no plano ideológico. Essas abordagens, que carecem do método dialético, ficam comprometidas:

“A questão da compreensão unitária do processo histórico surge necessariamente com o estudo de cada época e de cada setor parcial, entre outras coisas. E é aqui que se revela a importância decisiva da concepção dialética da totalidade, pois é inteiramente possível que alguém compreenda e descreva de forma correta os principais pontos de um acontecimento histórico, sem que por isso seja capaz de compreender esse mesmo acontecimento naquilo que ele realmente representa, em sua verdadeira função no interior do conjunto histórico ao qual pertence, isto é, sem compreendê-lo no interior da unidade do processo histórico.” (LUKÁCS, 2003, p. 83).

É, portanto, com essa visão que pretendemos encarar as bases da economia verde no subcapítulo seguinte.

2.2 O QUE É A ECONOMIA VERDE?

São numerosos os discursos que tentam construir a ideia de que a economia verde é uma necessidade que supera a oposição entre direita e esquerda, já que o prazo para as mudanças climáticas se tornarem irreversíveis é curto e seria necessário unirmos nossas forças para salvarmos a todos (KENIS; LIEVENS, 2015). Até conhecidos acadêmicos como Anthony Giddens assumem essa posição: “A mudança climática deve ser retirada de um contexto de direita-esquerda, onde não tem lugar. [. . .] deve haver acordo de que a questão é tão importante e abrangente que os conflitos comuns entre as partes devem ser suspensos ou silenciados”⁶. Essa é uma argumentação que despolitiza o debate, comum nas defesas dos projetos burgueses, que se apresentam como neutros. Na tentativa de evitar essa despolitização que buscaremos debater o tema ambiental. Se ambos os lados, ao menos aparentemente, tem uma preocupação com a questão ambiental, o diagnóstico de cada uma é distinto, porque parte de pressupostos diferentes para o entendimento da realidade. Por isso, são incompatíveis.

A primeira vez que o termo economia verde surge é em um relatório realizado a pedido do governo britânico em 1989 cujo título “Blueprint for a Green Economy” parecia ter sido escolhido depois de terminado o relatório. Isso porque fora o único lugar em que o termo *Green Economy* aparecia (UNDESA, 2012). Na Conferência sobre o Meio-Ambiente em 1992 no Rio de Janeiro, ainda era predominante o conceito de desenvolvimento sustentável. É apenas na segunda metade da primeira década do novo século, com a crise mundial, que o termo *economia verde* ganha espaço.

A crise econômica no capitalismo costuma trazer também uma crise de hegemonia da fração burguesa no poder, incapaz de apresentar um projeto para o momento histórico. O projeto da economia verde é uma tentativa de reconduzir essa

⁶ “Climate change should be lifted out of a right-left context, where it has no place [. . .] there has to be agreement that the issue is so important and all-encompassing that the usual party conflicts should be suspended or muted” (GIDDENS, 2009, p. 114 apud KENIS; LIEVENS, 2015, p. 22)

hegemonia em nível global e reaquecer a economia. Não à toa o projeto volta com mais força agora, durante a crise econômica provocada pela pandemia do novo coronavírus. Trata-se, portanto, de transformar o modo de produção para que ele continue a ser o que é: capitalista.

Neste subcapítulo nosso objetivo é apresentar o que é o programa do Green Economy - ou Economia Verde - a partir principalmente de documentos da Organização das Nações Unidas e do Banco Mundial, além do Relatório Stern e de referências críticas que também nos ajudam a delimitá-lo. Dizer isso é importante não apenas para organizar o texto, mas também porque é mais usual no campo acadêmico da economia o debate a respeito dos conceitos de Economia Ambiental e Economia Ecológica. Optamos por debater o conceito de Green Economy pois nos parece ser com ele que se faz a disputa política na sociedade. Enumeramos seis pilares que a seguir destrinchamos.

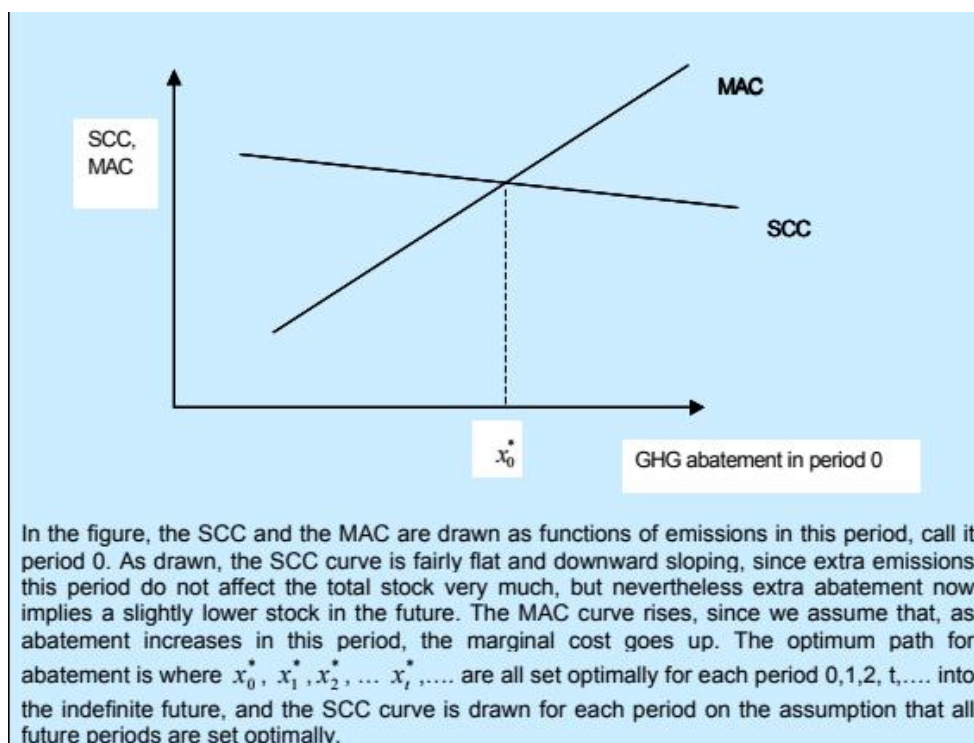
O *Stern Review* foi um importante marco como um dos primeiros estudos que assumia de forma mais aberta que **(1) não há contradição entre crescimento econômico capitalista e a preservação ambiental**. A importância do seu estudo para os economistas verdes foi que pela primeira vez tentou apresentar o debate em termos econômicos de custos e benefícios da forma mais precisa possível. Enquadrou pela primeira vez as mudanças climáticas como questão da ciência econômica. O relatório foi comandado pelo economista Nicholas Stern, ex-economista chefe do Banco Central e professor da *London School of Economics*. Para o governo britânico, na época presidido pelo *Labour Party* na figura de Tony Blair, havia a pretensão de medir os custos econômicos da mudança climática, assim como da mitigação e adaptação a ela. Apesar de seu relatório não conter explicitamente o termo economia verde, ele já incorporava um dos seus elementos centrais: “Na verdade, se não formos ‘verdes’, acabaremos minando o crescimento, por mais medido que seja”⁷ (Stern, Introduction, p. IV) e “combater as mudanças climáticas é a estratégia pró-crescimento de longo prazo, e pode ser feito de uma forma que não limite as aspirações de crescimento dos países ricos ou pobres”

⁷ Tradução nossa do original: “Indeed, if we are not ‘green’, we will eventually undermine growth, however measured” (Stern, Introduction, p. IV)

(Stern, Introduction, p. VIII)⁸. O relatório argumenta que as consequências do aquecimento global, se não houver esforço de mitigação, gerarão custos na ordem de 10% a 20% do PIB mundial em média até 2100 em cenários mais pessimistas, porém prováveis. Por outro lado, calcula na ordem de apenas 1% do PIB mundial o custo de adotar hoje políticas de enfrentamento à mudança climática (STERN, 2007).

A partir do repetitivo arcabouço marginalista, o relatório Stern apresenta um modelo teórico (Figura 1) cujo eixo das abscissas é representado pela redução do estoque de gases de efeito estufa e o eixo das ordenadas contém duas variáveis, com SCC sendo o custo social do carbono e MAC, o custo marginal de redução. Ambas as curvas encontram um ponto de interseção num dado período (Stern, 2007). O que nos diz o “ponto ótimo”, símbolo de fetiche dos economistas marginalistas, é que uma maior redução do estoque de gases de efeito estufa, embora diminua os custos sociais, se torna indesejável.⁹

Figura 1: “O nível ótimo de redução em um dado período”



⁸ Tradução nossa do original: “tackling climate change is the pro-growth strategy for the longer term, and it can be done in a way that does not cap the aspirations for growth of rich or poor countries”

⁹ É preciso repetir que esse modelo apresentado é apenas teórico e não representa efetivamente o formato das curvas, por isso tampouco coloca unidades de medida.

Fonte: Stern, 2007, Part I, p. 26

É somente a partir da crise do capitalismo mundial em 2008 que a economia verde efetivamente ganha força como solução. Isso ocorre como forma de explorar novos mercados e criar novas mercadorias sem a necessidade de expandir a demanda global para os consumidores, que estão endividados. No mesmo ano, as Nações Unidas se antecipam e lançam o *Green New Deal* como uma recomendação de “pacote de estímulos verdes”. O programa evidentemente recupera a expressão *New Deal* dada aos esforços públicos do governo Roosevelt de recuperar a economia estadunidense depois da Grande Depressão de 1929. Contém, inclusive, passagens curiosas de enfrentamento ao sistema financeiro, em que cita Thomas Jefferson: “Eu sinceramente acredito que os estabelecimentos bancários são mais perigosos do que exércitos permanentes, e que os princípios de gastar dinheiro a ser pago pela posteridade, sob o nome de financiamento, é apenas uma fraude no futuro em grande escala.”¹⁰. Apesar dessa citação com tom de revolta, em seguida revela suas intenções com o programa:

Esses empréstimos são essenciais durante uma depressão, quando o governo deve intervir enquanto o setor corporativo encolhe. Esta intervenção governamental gera emprego, renda e poupança, e as receitas fiscais associadas retribuem o erário público. Este é o processo multiplicador, atribuído a Richard Kahn, o seguidor mais próximo de Keynes.¹¹ (GND Group, 2008, grifo meu)

Existe, portanto, um reconhecimento, nos documentos sobre a Economia Verde, do **(2) papel do Estado na reprodução do modo de produção capitalista**. Um papel coordenador e, em momentos de crise econômica mundial, um papel mais ativo e anticíclico. São exemplos desse papel coordenador algumas das medidas contidas no 11º Plano Quinquenal do governo chinês¹², os padrões

¹⁰ “I sincerely believe that banking establishments are more dangerous than standing armies, and that the principles of spending money to be paid by posterity, under the name of funding, is but swindling futurity on a large scale”. (p.23) Disponível em: https://neweconomics.org/uploads/files/8f737ea195fe56db2f_xbm6ihwb1.pdf
Acesso em: 30/11/2021 às 16h38

¹¹ “Such borrowing is essential during a depression, when the government must intervene as the corporate sector shrinks. This government intervention generates employment, income and saving, and associated tax revenues repay the exchequer. This is the multiplier process, attributed to Richard Kahn, Keynes’s closest follower”

¹² “desenvolvimento de normas para o consumo de energia em edifícios, (...) expansão dos instrumentos de monitoração do sistema energético” (BARRETO, p. 99, 2018), entre outras.

mínimos de eficiência estabelecidos pelo governo japonês ou mesmo os investimentos em PD&D¹³ do Department of Energy (DoE) dos Estados Unidos (BARRETO, 2018). Mais recentemente, responsivo à crise do coronavírus, o governo Biden adotou o papel mais ativo ao anunciar o maior pacote de estímulos da economia estadunidense desde a década de 1930, baseado em políticas de transição energética para a geração de novos postos de emprego¹⁴.

Essa ação, que encontra versões similares em outros países do globo, parece vir junto com o que alguns economistas estão chamando de “mudança de paradigma”¹⁵ que parece colocar em xeque alguns dos fundamentos do Novo Consenso Macroeconômico da década de 1990. Ex-economistas chefes do FMI e do Federal Reserve¹⁶ têm recentemente publicado artigos que vão ao encontro de um papel do Estado como impulsionador da atividade econômica via multiplicador keynesiano de gastos¹⁷, em que a dívida pública deixa de ser o grande vilão. Até hoje essa não foi a norma na Economia Verde, sendo bastante mais comum a primeira consideração, do Estado delimitado a um papel de coordenador e regulador da economia (que corrige imperfeições alocativas geradas, por exemplo, pelas externalidades). Queremos aqui apenas sublinhar que é consensual que há um papel concernente aos governos no combate às mudanças climáticas - seja através de política macroeconômica ativa ou como política de regulação¹⁸.

Em seguida, para ilustrar o debate feito nos dois pontos já abordados, o documento *Towards a green economy: pathways to sustainable development and*

¹³ Pesquisa, Desenvolvimento e Demonstração.

¹⁴ <https://joebiden.com/clean-energy/> e <https://www.nytimes.com/2020/07/14/us/politics/biden-climate-plan.html>.

¹⁵ Ver o editorial da The Economist de Julho de 2020: <https://www.economist.com/briefing/2020/07/25/the-covid-19-pandemic-is-forcing-a-rethink-in-macroeconomics>

¹⁶ É o caso de Joseph Stiglitz no artigo “Will COVID-19 fiscal recovery packages accelerate or retard progress on climate change?” e de Blanchard e Rogoff em Blanchard, O., Gopinath, G., & Rogoff, K. (2020). Discussion on Public Debt and Fiscal Policy. IMF Economic Review.

¹⁷ Tal multiplicador enuncia o efeito de um aumento no investimento público na renda total da economia. Esse efeito seria maior que 1 e estaria em função da propensão média a consumir da economia. Essa teoria é utilizada para justificar o papel anticíclico que os gastos públicos podem ter para impulsionar a atividade econômica. Para mais detalhes ver o capítulo 10 da Teoria Geral “A propensão marginal a consumir e o efeito multiplicador” (KEYNES, J. M. Teoria Geral do Emprego, do juro, e da renda. São Paulo: Fundo de Cultura, 1964)

¹⁸ “Instead, emissions will rebound once mobility restrictions are lifted and economies recover, unless governments intervene.” trecho do artigo assinado por, dentre outros, Joseph Stiglitz e Nicholas Stern: <https://www.smithschool.ox.ac.uk/publications/wpapers/workingpaper20-02.pdf> Acesso em 16/12/2021 às 09:24.

poverty eradication (2011) [Em direção a uma economia verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza] do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente abre a parte “Da crise à oportunidade” assim:

Esta recente pressão para um conceito de economia verde sem dúvida foi auxiliada por uma desilusão generalizada com nosso paradigma econômico prevalecente, uma sensação de fadiga que emana das muitas crises simultâneas e falhas de mercado experimentadas durante a primeira década do novo milênio, incluindo especialmente o financeiro e crise econômica de 2008. (UNEP, 2011, p. 8)¹⁹

Outro importante fundamento da Economia Verde é **(3) a crença na capacidade da classe capitalista ser um todo homogêneo e total**, tanto ao defender uma coordenação internacional das ações, como na tentativa de mostrar que os ganhos no longo prazo para o capital serão tão maiores quanto maiores os esforços de esverdear a economia no curto prazo. Stern se debruça sobre o problema microeconômico de qual a taxa de desconto ideal que reflita um bem-estar das futuras gerações que não seja menor que o da geração atual - e chama isso de justiça intergeracional. De modo mais geral, essa visão de longo prazo que tenta convocar os representantes do capital a não buscarem o lucro a todo custo no curto prazo, se expressa da seguinte forma:

“... o caminho ‘mais verde’ (com mitigação) permite que o crescimento continue, mas, no caminho sem mitigação, a receita será prejudicada. A análise requer comparação formal entre os caminhos e [o relatório] mostra que as perdas da mitigação no futuro próximo são fortemente compensadas pelos ganhos posteriores em danos evitados.”²⁰

Haveria supostamente uma capacidade de medir todos os impactos ao longo do tempo, imaginar todas as criações de mercadorias e as soluções de mercado

¹⁹ “This recent traction for a green economy concept has no doubt been aided by widespread disillusionment with our prevailing economic paradigm, a sense of fatigue emanating from the many concurrent crises and market failures experienced during the very first decade of the new millennium, including especially the financial and economic crisis of 2008.” (UNEP, 2011, p. 8)

²⁰ “...the ‘greener’ path (with mitigation) allows growth to continue but, on the path without mitigation, income will suffer. The analysis requires formal comparison between paths and [the report] shows that the losses from mitigation in the near future are strongly outweighed by the later gains in averted damage.” (STERN, Part. I, p. 42)

possíveis, tudo isso sob a ordem de um ser humano com racionalidade perfeita - com perfeito conhecimento do futuro e do andamento da natureza - mas, quem diria, não previmos que o aquecimento global viria a ser um problema. Contudo, o que diz autores sobre as usinas fotovoltaicas espanholas é esclarecedor:

Sabemos que se tomamos três unidades de calor a partir do carvão podemos gerar uma unidade de eletricidade de alto valor em uma usina termelétrica. Se, ao invés disso, investirmos três unidades de calor provenientes da queima de carvão em um sistema fotovoltaico na Espanha, ele geraria 7,35 unidades de eletricidade de alto valor; isso perfaz 7,35 vezes mais do que queimando carvão numa usina termelétrica. O problema é que a primeira gera eletricidade imediatamente; o problema para a geração fotovoltaica é que essas unidades são geradas ao longo de 25 anos, e precisam de uma antecipação de investimento de combustíveis fósseis de cerca de 2 unidades térmicas no primeiro ano para o sistema fotovoltaico, e a terceira unidade ao longo dos 25 anos para operação e manutenção e outras despesas recorrentes. (...) Pensamos que a falta de incentivo mercadológico para a energia fotovoltaica não se deve tanto ao seu baixo EROI [proporção entre energia gerada pelo sistema e usada para construí-lo], mas à taxa de desconto, ao valor temporal do dinheiro. (PRIETO & HALL, 2013 apud CUNHA, 2016) (...) “Ou seja, aqui o fetiche do valor atua como uma camisa de força da tecnologia ecológica e socialmente mais adequada, entretendo o seu desenvolvimento. A usina fotovoltaica gera mais energia e de maneira mais ecológica, mas na competição por rentabilidade ela perde a concorrência para o carvão e, em termos capitalistas, é um “investimento irracional” (CUNHA, 2016)

As tentativas de criar organismos e acordos multilaterais tem como objetivo buscar uma ação conjunta global de enfrentamento às mudanças climáticas. Contudo, costumam esbarrar nas diferenças de interesse e poder entre as diferentes nações. Isto cria dificuldades para uma unidade de ação. A necessidade de reduzir custos e aumentar a produtividade imposta aos produtores individuais pela concorrência intercapitalista faz com que os produtores, ao buscar aumentar sua taxa de lucro pelo aumento da mais valia apropriada, acaba por, tendencialmente, aumentar a composição orgânica do capital e, também como tendência, reduzir a taxa de lucro. Essa crença funciona como um castelo de areia uma vez que o valor impõe sua regra de valorização independente da vontade dos indivíduos. Veremos mais como o capital estrutura uma socialização inconsciente logo mais.

Além desses, há outros pilares que compõem o programa da economia verde. Um deles é a **(4) centralidade da tecnologia** em especial para a transição da matriz energética mundial com objetivo de descarbonizá-la com fontes energéticas renováveis e a invenção de tecnologias low carbon²¹. O problema ambiental seria uma questão tecnológica, e não da maneira como as sociedades organizam seu modo de produzir a vida. É por isso que o foco da política ambiental de muitos países diz respeito a metas de eficiência energética - novas tecnologias que possibilitem produzir o mesmo com menor gasto de energia e portanto menor emissão de CO₂e. São programas que exemplificam essa característica aqueles que impõem padrões mínimos de eficiência e o estímulo ao desenvolvimento de carros elétricos. Eduardo Sá Barreto argumenta que as políticas de eficiência energética têm sido defendidas como a principal medida de combate às mudanças climáticas, pois estão inseridas numa visão que naturaliza o capital e trata o crescimento econômico como um *a priori* (BARRETO, 2018).

Alguns autores ortodoxos até conseguem perceber os limites das políticas de eficiência energética para a redução nas emissões através do conceito de *rebound* e *backfire*, categorias que identificam um efeito positivo da redução da intensidade - até maior que 1 - no volume de emissões. Significa dizer que o aumento da eficiência energética funciona como o aumento da produtividade na produção capitalista: embora reduza o consumo de energia por produto e o custo energético por produto, pode aumentar o volume total da produção. Contudo, não há explicações aprofundadas a tais fenômenos na literatura econômica ortodoxa (BARRETO, 2018).

A naturalização do capital, processada pelo crescimento como um *a priori*, dá origem ao conceito de Antropoceno, chegando a ocupar a capa da revista *The Economist*²². Antropoceno é a ideia de que estamos vivendo uma nova época geológica, que superaria o Holoceno, em que a atividade humana tem a principal autoria (UNDP, 2020)²³ - alteração de rios, composição da atmosfera, mudança

²¹ São tecnologias que produzem com menor intensidade energética.

²² A Revista *The Economist* em 2011 teve a capa "Welcome to the Anthropocene". Disponível em: <https://www.economist.com/node/21521911/audio-edition>

²³ <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2020.pdf> Acesso em 3 de julho às 14:19.

climática, extinção de espécies animais e vegetais, etc. Esse conceito foi apresentado pela primeira vez por Paul Cruztén, que mostrava a peculiaridade desse período geológico em relação a todos os anteriores, nos quais as forças naturais eram os principais condicionantes das transformações da natureza. Segundo Jason Moore, essa categoria concebe uma humanidade indiferenciada e por isso enuncia, em contraposição, a ideia de Capitaloceno (MOORE, 2014):

Trata-se de uma história fácil de contar, na medida em que não exige de forma alguma que pensemos nessas relações. O mosaico da atividade humana no tecido da vida é reduzido a uma Humanidade abstrata: uma unidade homogênea de ação. Desigualdade, mercantilização, imperialismo, patriarcado, formações raciais e muito mais foram amplamente deixados de fora. Essas relações são, na melhor das hipóteses, reconhecidas, mas como apêndices a posteriori da estrutura do problema. (MOORE, p. 202, 2020)²⁴

Abordaremos mais a fundo o que Moore e outros autores consideram como o marco do problema no próximo capítulo. Por ora, nos interessa seguir na caracterização da economia verde: a posição hegemônica é a de que a crise climática pode ser resolvida a partir da desmaterialização da produção, possível a partir de inovações que possibilitariam o descolamento entre crescimento econômico e consumo energético - e, como consequência, descolar o crescimento da emissão de gases de efeito estufa (BARRETO, 2018). Aqui, a tecnologia aparece como um elemento neutro que pode, supostamente, servir bem como se queira. Sua existência não seria um produto do seu tempo histórico e das relações capitalistas que a forjaram. Löwy aponta como por vezes o próprio pensamento marxista tropeçou neste ponto, chegando a considerar que o socialismo seria apenas a liberação das forças produtivas das correntes das velhas relações de produção que impediriam o desenvolvimento pleno das forças produtivas para além dos seus limites (LÖWY, 2014). A tecnologia, portanto, seria apenas uma forma vazia à espera do conteúdo que a preenchesse. Seria uma questão apenas de retirar a

²⁴ “Se trata de un cuento fácil de contar, en la medida en que no nos exige pensar en absoluto sobre dichas relaciones. El mosaico de la actividad humana en la trama de la vida se reduce a una Humanidad abstracta: unidad homogénea de acción. La desigualdad, la mercantilización, el imperialismo, el patriarcado, las formaciones raciales, y mucho más, han quedado en gran medida fuera de consideración. Estas relaciones son, en el mejor de los casos, reconocidas, pero como apéndices a posteriori al marco del problema” (MOORE, p. 202, 2020)

fábrica das mãos dos capitalistas e dá-la aos trabalhadores. É nesse sentido que pode a economia verde tratar apenas de tornar o automóvel mais eficiente no consumo de combustível ou apenas trocar o combustível que se injeta nele, ao invés de se repensar o modo de vida que torna o transporte individual uma necessidade.

O penúltimo pilar do nosso objeto é **(5) a ideia de que é o aumento da mercantilização da vida, e não sua redução, que pode ajudar a salvar a humanidade.** O fato de que há determinados bens que não estão no mercado geraria ineficiências de Pareto, uma expressão dos microeconomistas para dizer que há um problema de alocação de recursos que impede a maximização do bem-estar. Por exemplo, haveria custos que não são considerados nas funções de produção de determinados bens, tal como o custo dos gases de efeito estufa emitidos para a atmosfera ou os dejetos expelidos para um rio. A solução seria internalizar esses custos nas funções de produção. Algumas soluções para isso são a criação de impostos (a exemplo do Imposto de Pigou) que passam a estar internalizados nos custos da empresa gerando um novo ponto de maximização de lucros e a criação de um mercado em que é possível vender os direitos de poluição: “poderíamos imaginar um mundo em que a empresa de pesca tivesse direito à água limpa, mas que poderia vender esse direito para permitir poluição” (VARIAN, 2015) para uma siderúrgica que polui o rio. Haveria um ponto ótimo de poluição onde o custo marginal de aumentar a produção da siderúrgica é igual ao benefício marginal da empresa de pesca - nesse ponto, já não seria vantajoso nem aumentar a poluição nem tampouco seria o caso de reduzi-la. No caso dos gases de efeito estufa, essas soluções foram realizadas através da taxa de carbono e do cap-and-trade system²⁵. Essa visão ganha uma elaboração teórica complementar em 1968 com o artigo de Hardin conhecido como “A Tragédia dos Comuns”.

Imaginemos um vilarejo agrícola em que os habitantes criam seu gado num campo comunitário. Desejamos comparar dois mecanismos de alocação: o primeiro é a solução da propriedade privada, na qual alguém possui o campo e decide

²⁵ É um sistema em que se cria um limite de emissões a partir da concessão de uma certa quantidade de licenças para emitir. Essas licenças podem ser vendidas por empresas que emitirão menos que seu limite para outras empresas cujo custo marginal de comprar novas licenças é menor que a receita que advirá dessas unidades acrescidas graças às licenças.

quantas cabeças devem pastar ali; o segundo é a solução em que o campo é propriedade comunal dos habitantes do vilarejo e o acesso a ele é livre e irrestrito. (VARIAN, 2015, p. 718)

Para Hardin, enquanto no caso da propriedade privada a decisão de quantas cabeças de gado haverá no pasto será o cálculo convencional de maximização de lucros, no caso comunitário cada indivíduo decide por sua conta se quer colocar mais uma cabeça de gado, sem se importar que, em determinado momento, a adição de uma cabeça de gado reduzirá a produção de leite das outras. Assim, a produção de equilíbrio seria superior a produção eficiente e portanto haveria superlotação do pasto. Anneleen Kenis e Mathias Lievins dizem que, “segundo ele [Hardin], não é a privatização que leva à crise ecológica, mas o fato de que grande parte da natureza ainda está sob propriedade comum” (KENIS, 2015)²⁶. Ainda que a propriedade privada seja injusta, afirma Hardin, “injustiça é preferível à ruína total” (1968 apud KENIS, p. 76, 2015)²⁷. O Banco Mundial também expressa essa visão no documento *Inclusive Green Growth*. A gestão ineficiente de recursos naturais:

“Provém em parte do fato de que muitos recursos naturais são propriedade comum, então o consumo de uma pessoa impede o consumo de outra e é difícil excluir usuários potenciais. Os regimes de acesso aberto à propriedade comum criam incentivos para o uso de tais recursos o mais rápido possível.” (World Bank 2012a, 8 apud KENIS, 2015, p. 75)²⁸

É dentro dessa mesma lógica que surge o PIB verde e as mil investigações sobre como cada centímetro da natureza pode ser medido. A ideia é que o PIB tal como é hoje considera como nova riqueza apenas o ganho obtido pelo uso dos recursos naturais e não as perdas que essa mesma produção pode acarretar no estoque de recursos naturais chamado pelos macroeconomistas de ativos não-produtos. A proposta do PIB verde consiste em contabilizar monetariamente o custo da degradação e exaustão da natureza. Se o mundo em que vivemos só entende a gramática do dinheiro, quem sabe ao monetizar esses recursos, impedimos a destruição ambiental? Ao menos teria o efeito positivo de produzir um

²⁶ “according to him [Hardin], it is not privatisation which leads to ecological crisis, but the fact that too much of nature is still under common ownership”.

²⁷ “injustice is preferable to total ruin” (1968 apud KENIS, p. 76, 2015)

²⁸ “stems partly from the fact that many natural resources are common property, so consumption by one person precludes consumption by another, and it is hard to exclude potential users. Open access regimes for common property create incentives to use up such resources as quickly as possible.” (World Bank 2012a, 8 apud KENIS, 2015, p. 75)

instrumento de pressão da sociedade e dos movimentos ambientais para com os governos e empresas. Nós, no entanto, veremos como essas medidas, que podem ter sinceros desejos de ajudar, acabam por aprofundar o problema. Para os defensores da contabilidade verde, o problema da degradação ambiental é que uma parte da realidade ainda não foi mercantilizada. Se o ar, a água, as plantas forem regulamentados como propriedade privada, estaremos seguros. A questão é que o cheiro, no mundo do capital, já é vendido em frascos. A causa do problema é tratada por eles como solução.

Por fim, é pilar uma **(6) “visão redutora da sociedade, que consistiria apenas na soma dos indivíduos, seus estilos de vida e tecnologias”**.²⁹ (KENIS 2015 p. 108). Há aqui uma visão que abstrai categorias importantes para entendimento da realidade tais como classe e fetiche em nome de uma responsabilização equânime de todos os indivíduos tanto pelos problemas que enfrentamos hoje quanto pela solução deles. Isso é basicamente o que faz a teoria marginalista do consumidor, e aqui buscaremos apresentar sua aplicação no debate da economia verde. Como dissemos no início deste capítulo, o pensamento econômico se fundamenta hoje no individualismo atomista.³⁰

Essas mudanças nas preferências dos consumidores podem ser feitas por meio da taxação do consumo - política ligada a ideia de externalidade, dessa vez externalidade de consumo -, de políticas de indução de comportamentos ou que reduzam a assimetria de informações³¹. Nesse último caso, um exemplo é a política de etiquetagem que parte do pressuposto de que a ineficiência é parcialmente gerada por uma falha de mercado, a saber, a ausência de informações suficientes ao consumidor. Se ele soubesse quais as empresas que poluem mais e menos provavelmente levariam isso em consideração³². Kenis e Lievins mostram que as empresas que querem ter o selo verde tem que pagar a uma empresa de auditoria e portanto se torna sua cliente. Os autores argumentam que isso incentiva as firmas

²⁹ “reductive vision of society, which would only consist of the sum of individuals, their lifestyles and technologies.” (KENIS, 2015, p. 108)

³⁰ Para uma discussão aprofundada sobre individualismo: Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: uma abordagem histórico-filosófica. Revista de Economia Contemporânea, v. 4, n. 2, jul./dez. 2000

³¹ “...employing taxes and market-based instruments to shift consumer preference and promote green investment and innovation (UNEP, 2011, grifo meu)”

³² Selos, rótulos ou certificações verdes concedidas por determinadas instituições em caso de o produto se adequar a um conjunto de critérios.

de auditoria a fazerem uma avaliação branda, pois senão há outras empresas concorrentes de auditoria no mercado. Isso expressa bem a contradição entre o mercado e a preocupação ecológica consequente. Essa política de etiquetagem está inserida numa visão ideológica de que saber é poder. Faltam aos indivíduos as informações corretas - a materialidade exerce um papel quase irrelevante. Nesse caso é provável que, acoplada a ela, deveria haver formas de indução do comportamento. Stern afirma que “governos podem ajudar a moldar preferências e comportamentos através de educação, persuasão e discussão” (Stern, 2007, p. 396)³³. Nesse sentido, Stern afirma o papel da escola. Há ainda aqueles que afirmam o papel da publicidade em criar novos comportamentos dos consumidores, tal como é o caso do famoso documentário “*An Inconvenient Truth*” dirigido por Al Gore. O Banco Mundial também fala em “influence behaviours”:

Incentivando, informando e cutucando ou impondo - alguma combinação dos três provavelmente será necessária. Determinar a melhor combinação requer um conhecimento sólido de como as decisões individuais são tomadas e estruturadas. Economia comportamental e psicologia social, portanto, fornecem insights indispensáveis sobre como o crescimento verde. Os economistas irão ignorá-los por sua conta e risco. (Banco Mundial 2012, 47 apud Kenis, 2015, p. 115)³⁴

Dentro disso, há o entendimento de que muitos comportamentos não são racionais e portanto devem ser influenciados de outras maneiras que fornecer argumentos e informações, como os “Modelos a serem seguidos, pressão social ou conexão do comportamento desejado a sentimentos positivos de liberdade, amizade ou sexo, como é feito na indústria de propaganda.”³⁵ Em outras palavras, “é o velho truque: sexo vende.”³⁶

Outro tipo de política de etiquetagem é o que informa a eficiência energética de equipamentos como o ar-condicionado. Assim, os consumidores tenderiam a

³³ “[g]overnments can help shape preferences and behaviour through education, persuasion and discussion” (Stern, 2007, p. 396)

³⁴ Incentivising, informing and nudging, or imposing – some combination of the three is likely to be needed. Determining the best mix requires a solid understanding of how individual decisions are made and framed. Behavioural economics and social psychology thus provide indispensable insights into how to green growth. Economists will ignore them at their peril. (World Bank 2012, 47 apud Kenis, 2015, p. 115)

³⁵ “role models, social pressure or connecting the desired behaviour to positive feelings of freedom, friendship or sex, as is done in the advertisement industry.”

³⁶ “It is the oldest trick in the box: sex sells.”

comprar equipamentos levando em conta o custo total do equipamento - incluindo o custo de aquisição e também o custo do consumo que terá de energia elétrica.

Todos esses pilares, por sua vez, fazem com que a realidade não rompa com as categorias enunciadas por Marx - permanece regida pelo valor e pelo fetichismo da mercadoria. Optamos por apenas explicitar como essas categorias permanecem no real - em alguns casos se aprofundam - na parte seguinte em que trataremos da crítica marxista e do *buen vivir* à economia verde.

Os principais organismos internacionais já admitem o fracasso em impedir as consequências ambientais e sociais do aquecimento global e falam, pelo menos desde 2007, em economia da mitigação e da adaptação às mudanças (Stern, 2007). O principal projeto que o capital apresenta para supostamente superar as contradições ecológicas que estão postas é a Economia Verde, que tem mostrado muito pouca capacidade para garantir que o estoque de emissões de CO₂e fique no nível de segurança para não corrermos o risco de acionarmos feedbacks positivos que devem aumentar exponencialmente o ritmo das mudanças climáticas. Os feedbacks negativos são respostas que ajustam o sistema às mudanças para que ele retorne à estabilidade. Os feedbacks positivos, ao contrário, são respostas que ampliam o efeito das mudanças. Os feedbacks positivos do aquecimento global tendem a aumentar exponencialmente o ritmo de crescimento da temperatura média global. São exemplos desses últimos o aquecimento do oceano, que pode enfraquecer sua capacidade de absorção de CO₂, e o derretimento do permafrost (camada superficial permanentemente congelada encontrada na região do Ártico, em partes da China, Rússia, Canadá, Groelândia entre outros), que pode liberar uma quantidade muito significativa de metano e CO₂ que estão hoje aprisionadas nessa camada. Essa camada contém gases de efeito estufa resultantes da decomposição de matéria orgânica acumulada ao longo de dezenas de milhares de anos. A quantidade aprisionada no permafrost é calculada em aproximadamente duas vezes mais do que a quantidade desses gases na atmosfera (UNEP, 2019).

Em âmbito nacional, há exemplos de cortes contínuos de emissões de até 1% associados a mudanças estruturais como os biocombustíveis no Brasil. também

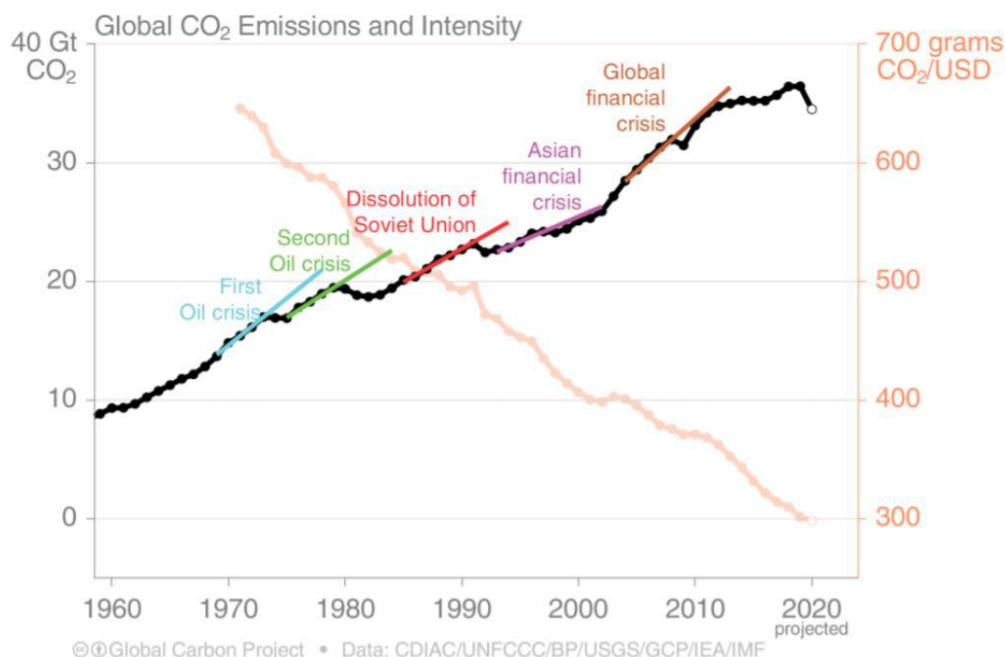
nas últimas décadas do século XX, o “dash for gas”³⁷ britânico e o programa de energia nuclear na França (STERN, 2007). Porém, como sublinham Kenis e Lievens a seguir, os cortes maiores ocorreram apenas em momentos de recessão ou crise econômica.

Nas últimas décadas, houve apenas dois breves períodos em que as emissões de gases de efeito estufa diminuíram substancialmente: após o colapso da União Soviética e durante a crise econômica global de 2008-2009. A economia russa encolheu cerca de 40% entre 1989 e 1992. Durante os anos 90, as emissões de gases de efeito estufa da Rússia também caíram em certo ponto para cerca de 40% abaixo do nível de 1990. (Smith 2007, 22 apud Kenis and Lievens, 2015).³⁸

O gráfico da **Figura 2** abaixo, produzido pelo Global Carbon Project, mostra ainda que, após as crises econômicas, as emissões têm rapidamente uma retomada para os patamares anteriores.

³⁷ Depois da privatização do setor de energia no Reino Unido, houve uma substituição expressiva da matriz energética do carvão para o gás, que emite menos poluentes.

³⁸ In recent decades, there have been only two brief periods in which greenhouse gas emissions substantially decreased: after the collapse of the Soviet Union, and during the global economic crisis of 2008–2009. The Russian economy shrank by about 40% between 1989 and 1992. During the 90s, Russian greenhouse gas emissions also fell at a certain point to about 40% under its level of 1990 (Smith 2007, 22 apud Kenis and Lievens, 2015).

Figura 2 - Emissões globais de CO₂ e Intensidade

Economic activity is measured in purchasing power parity (PPP) terms in 2010 US dollars.
 Source: [CDIAC](#); [Peters et al 2012](#); [Friedlingstein et al 2020](#); [Global Carbon Budget 2020](#)

Elaboração: Global Carbon Project

Apresenta ainda, o desenho de um “X” formado pela interseção entre a curva de emissão global de CO₂ causado pela queima de fósseis, e a curva de intensidade de carbono por dólar produzido. A primeira está em trajetória crescente muito embora a segunda esteja em franco declínio. Esse “X” é importante para o argumento que traremos no próximo subcapítulo ao falarmos da crítica de Eduardo Sá Barreto a respeito da eficiência energética ser um dos carros-chefe das políticas de combate às mudanças climáticas. Por ora, podemos interpretar que, embora a intensidade de consumo de CO₂/USD esteja caindo, a curva de emissão apresenta comportamento oposto. Pela visão da economia verde, era de se esperar que aquela induzisse a queda desta. Indicamos ao leitor que acenda o alerta para esse sinal de inconsistência teórica.

Assim, partindo desses dados empíricos, já é possível suspeitar do caráter mistificado de boa parte do discurso da economia verde. Para compreender mais a fundo seus limites, passaremos adiante às críticas marxistas e do *buen vivir*.

3. FORMULAÇÕES CRÍTICAS A RESPEITO DO TEMA ECOLÓGICO: A ecologia marxista e o *Buen Vivir*.

3.1 ECOLOGIA MARXISTA

Marx contém uma importante crítica do capitalismo que nos ajuda a compreender os efeitos vazios das políticas da economia verde hoje em dia. Já houve até hoje muita discussão a respeito da visão de Marx sobre o tema ecológico. Foram inúmeros os autores que o criticaram por ser supostamente produtivista, como se tivesse simplesmente uma avaliação positiva do progresso tecnológico. Há, inclusive dentre os que se consideram marxistas, críticas semelhantes. Esses são os chamados ecossocialistas do primeiro estágio, categoria na qual são incluídos Michael Löwy, Andre Gorz, James O'Connor, dentre outros.³⁹ Consideramos que o trabalho de Saito (2021) é bastante convincente em demonstrar que não é possível compreender a totalidade do projeto inacabado da crítica da economia política de Marx sem a crítica ecológica. Para Saito, Marx lida com o tema, não apenas de forma marginal, presente em citações e trechos avulsos, mas sim de maneira sistemática. A análise de Saito olha para a obra de Marx de forma dialética, observando o desenvolvimento que o autor vai adquirindo ao longo das suas obras. Um exemplo disso é como Marx evolui de uma filosofia materialista feuerbachiana nos Cadernos de Paris para uma crítica a Feuerbach na Ideologia Alemã (SAITO, 2021). Aqui, apresentamos alguns dos conceitos que tornam a crítica da economia política de Marx uma ferramenta bastante atual para entender os problemas ecológicos - sem, com isso, divinizar Marx ou tratá-lo como profeta. A contradição do capital com a natureza já estava posta na época de Marx. A novidade é a manifestação dessa contradição de forma mais urgente hoje - o aquecimento global era imprevisível na sua época.

A base da crítica da economia política é o argumento de que o duplo caráter do trabalho determina um duplo caráter da mercadoria que é, de um lado, valor de uso, e de outro valor - ou, na sua forma fenomênica, valor de troca. O valor no capitalismo é medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzir

³⁹ Para um aprofundamento, ver os trabalhos recomendados por Kohei Saito no livro "O ecossocialismo de Karl Marx: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política", Boitempo, 2021, p. 21.

uma mercadoria (MARX, 1867 [2014]). A unidade dialética entre valor e valor de uso quer dizer que a mercadoria “deve ser considerada sob um duplo ponto de vista: o da qualidade e o da quantidade” (MARX, 1867 [2014] p. 142). Ainda que as qualidades de um quilo de trigo e um par de sapatos sejam incomparáveis, é o valor de troca das mercadorias que lhes confere a propriedade de serem comensuráveis entre si, ou seja, de serem quantificáveis entre si. Se a mercadoria tem esse duplo, é porque o trabalho também o tem. É o trabalho abstrato, aquele que é homogêneo, igual, que é simples dispêndio de energia humana, que é objetivado na mercadoria.

A objetivação fantasmagórica⁴⁰ do trabalho abstrato na mercadoria é que confere a ela seu valor. No entanto, uma vez objetivado, o valor aparece como sendo uma propriedade natural deste produto. Em outras palavras, o valor da mercadoria aparece como se não fosse resultado do trabalho humano, mas de uma característica intrínseca deste produto. Quando a mercadoria sai do processo de produção, a mistificação da origem do valor é ainda maior⁴¹. A sua teoria do valor-trabalho deságua na compreensão de que, a grosso modo, vivemos num mundo em que as abstrações - o valor - se impõem e reduzem a realidade concreta. O sentido da produção social é aumentar infinitamente a massa global de valor – “dinheiro que pare dinheiro”. Para isso, importa pouco o valor de uso desse produto: sejam pães ou sejam bombas, o que importa é que façam aumentar a riqueza (JAPPE, 2006). As consequências socioambientais são abstraídas, ou pelo menos não são os elementos centrais, do sentido da produção de mercadorias. Cada produtor depende do mercado como *locus* necessário para a realização do produto individual e o acesso à riqueza social. Portanto, o valor de uso do seu produto é o valor de troca dele. Quanto maior é o valor produzido pelo produtor individual, maior é “sua força de atração sobre todos os elementos [da riqueza social]” (MARX, [1867], 2014, p. 159). O que determina o volume da sua produção não é, assim, a satisfação das suas necessidades individuais de reprodução.

Tomando a visão de Marx como referência, pode-se perceber que em um modo de produção em que a riqueza se apresenta como uma enorme coleção de

⁴⁰ Fantasmagórica porque o valor é uma objetividade abstrata.

⁴¹ Nesse ponto, o Livro II de O Capital traz pontos importantes nas seções I e II a respeito da mistificação que ocorre no processo de circulação da mercadoria, não mais trabalhando os conceitos de capital variável e capital constante, mas de fixo e circulante.

mercadorias - e que a mercadoria em particular é a síntese dos valores produzidos neste tipo de sociedade -, a análise do efeito da valoração do que antes era considerado impossível de privatizar, individualizar, tornar mercadoria particular de alguém para ser transacionada no mercado, os créditos de carbono igualam, de um lado, a produção de uma tonelada de carbono de indústrias de turbinas eólicas com, do outro lado, plantas energéticas de carvão. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) dá o exemplo de uma planta de tratamento de água que pode continuar a poluir um rio se ajudar uma fazenda de laticínios próxima a reduzir a poluição (KENIS, 2015). É equivalente a combustão gerada por um vôo e o replantio, ignorando o *gap* entre a emissão imediata e a efetiva compensação do replantio, o que pode levar décadas - além de ter um alto risco de não vingar - e o *gap* geográfico que equivale emissões em São Paulo com compensações em Londres. O fetichismo da mercadoria, categoria usada por Marx, apenas mostra como o trabalho abstrato reduz os múltiplos valores sob os quais a vida pode ser julgada a apenas o valor do capital. O trabalho de (KENIS, 2015) e (BARRETO, 2018) apresentam críticas mais objetivas à defesa da eficiência energética como solução para a redução da emissão de carbono. O de Barreto, em especial, trataremos em diante. Barreto, em consonância com nossa apresentação da Economia Verde, entende que nas pesquisas analisadas por ele, o “crescimento econômico é tomado a priori como uma necessidade. A este crescimento econômico não corresponde necessariamente, nas formulações examinadas, uma expansão (material) da produção ou do consumo produtivo” (BARRETO, 2018, p. 123). Como também apontado no capítulo sobre a economia verde, há centralidade do avanço da tecnologia como panaceia para um mundo desmaterializado. Na verdade, há o aumento da demanda por novos minérios fundamentais para as tecnologias de carros elétricos e fontes renováveis como o lítio, titânio, ródio e outros minerais de terras raras, gerando novas disputas geopolíticas, em especial na América do Sul.⁴²

Sabemos que o valor da força de trabalho é dado pela valor dos meios necessários para sua reprodução e manutenção. Sabemos também que a força de trabalho é a única que é capaz de criar valor novo. O mais-valor é exatamente esse

⁴² Para um debate aprofundado ver: IRENA (2019), A new World: The Geopolitics of the Energy Transformation. ISBN 978-92-9260-097-6

valor novo criado, que excede o valor da força de trabalho e que é apropriado pelo capitalista. A taxa de exploração capitalista é medida pela razão entre o valor determinado pelas horas trabalhadas e o valor da força de trabalho. Há maneiras de aumentar da exploração do mais-valor - aumento da jornada de trabalho, intensidade e produtividade. Em especial, a transformação das “condições técnicas e sociais do processo de trabalho” é um imperativo para o aumento do excedente dado “os limites (naturais, legais etc) à extensão da jornada de trabalho” (BARRETO, 2018, p. 131). Nesse caso, o aumento da produtividade (a contar de forma generalizada, em especial os ramos da cesta de consumo do trabalhador) reduz o tempo socialmente necessário para produzir os meios necessários para a manutenção e reprodução da força de trabalho - reduz o valor da força de trabalho. Assim, a mesma massa de valor será produzida a cada jornada de trabalho, mas sendo distribuída por uma quantidade maior de mercadorias (BARRETO, 2018): “cai, portanto, como resultado da redução do tempo de trabalho *socialmente* necessário, o valor de cada unidade produzida” (BARRETO, 2018, p. 132, *italico do original*). Por fim, faz crescer o volume de meios de produção consumidos e o volume de mercadorias produzidas. Esse crescimento intermitente se dá como necessidade não dos trabalhadores, mas como produto excedente. Em outras palavras, a produção cresce como necessidade do capital personificado em seus serviços.⁴³ Isso ocorre como lógica imanente a uma produção regida pelo valor:

“Além disso, o desenvolvimento da produção capitalista converte em necessidade o aumento progressivo do capital investido numa empresa industrial, e a concorrência impõe a cada capitalista individual, como leis coercitivas externas, as leis imanentes do modo de produção capitalista. Obriga-o a ampliar continuamente seu capital a fim de conservá-lo, e ele não pode ampliá-lo senão por meio da acumulação progressiva.” (MARX, [1867], 2014, p. 439)

Queremos com essa discussão demonstrar que a perspectiva de crescimento econômico sem o aumento do consumo material do planeta é incompatível com a lógica imanente do capitalismo. Os economistas em geral

⁴³ Esse aumento da expansão pode se dar pela mudança da composição técnica do capital - aumento da produtividade - ou mantendo-a constante. Quando há mudança qualitativa no capital, o novo nível de produtividade tende a desempregar trabalhadores, embora essa perda de postos seja compensada com um aumento da atração da força de trabalho “pela extensão da lógica capitalista a novos mercados, domínios mais amplos da vida social” (BARRETO, 2018, p. 135).

depositam a maior confiança na capacidade das novas tecnologias aumentarem o nível geral de eficiência e reduzir as demandas energéticas. Isso pode ou não ocorrer. Se o objetivo primeiro é o aumento da taxa de lucro, a geração de resíduos (como os poluentes resultantes do consumo energético) são contidos apenas como efeito colateral: “caso a medida seja eficaz na redução dos resíduos, mas não seja ao mesmo tempo poupadora de capital, não há motivo, a partir da perspectiva de valorização do capital, para colocá-la em prática”. Vemos esse argumento em diversas esferas. Uma delas, a cultura, costuma-se defender o investimento debaixo do argumento de que a cultura gera R\$ 1,59⁴⁴ para cada R\$ 1 investido. Aqui caímos na armadilha de nos subordinarmos a lógica de que o crescimento da riqueza é sinônimo da forma valor. Em primeiro lugar, qual o retorno de outros setores? Depois, dentro da cultura, quais são as atividades que geram esse retorno? Qual retorno que gera um sarau numa praça pública em comparação a um show para milhares de pessoas? Se medirmos o retorno apenas pelo valor, é bem provável que a análise de custo-benefício tanto na cultura como também no meio ambiente indique que “não há viabilidade financeira”.

Em geral, as análises da desmaterialização da produção consideram apenas um aspecto da dinâmica de avanço das forças produtivas:

“...o processo de avanço das forças produtivas traz consigo ao menos três dimensões distintas das quais as duas primeiras são geralmente negligenciadas: a elevação do nível de produtividade e da intensidade do trabalho e a elevação dos níveis de eficiência.

Observou-se anteriormente que as duas primeiras não apenas frustram as expectativas de desmaterialização como, ao contrário, aumentam as exigências de consumo dos meios de trabalho, de matérias-primas e materiais acessórios, entre os quais se incluem toda a variedade de recursos energéticos que participam da produção” (BARRETO, 2018, p. 149).

É bom lembrar que há inúmeros exemplos de transformações técnicas que por natureza aumentam o consumo de “matérias-primas e materiais acessórios”. O que é conhecido na literatura como a paradoxo de Jevons, foi descrito pelo autor (marginalista, diga-se de passagem) em *The Coal Question*, em que os ganhos de eficiência na atividade mineira graças ao desenvolvimento das máquinas a vapor

⁴⁴<https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2018/12/14/lei-rouanet-da-retorno-de-r-159-ao-pais-para-cada-r-1-investido-em-projetos-diz-ministerio.ghtml>

aumentaram - e não diminuíram - o consumo de carvão: a redução do custo do vapor tendia a intensificar a própria mineração de carvão - com efeito de maior consumo desse recurso.

Mais para além, na análise do mais-valor extra, o capital tenta baratear a mercadoria através de ganhos de produtividade. O objetivo é a mercadoria individual alcançar um valor individual menor do que o valor social. Com valor social queremos dizer o valor tal qual, determinado pelas condições médias de produção, e com valor individual queremos dizer o trabalho diretamente contido na mercadoria individual, nesse caso uma quantidade menor do que a média social. Disso decorre necessariamente uma maior quantidade de mercadorias, pois é assim que ele se apropria do mais-valor extra. O mais-valor extra é temporário, já que logo tende a ocorrer a generalização do novo nível de produtividade. Esse processo pode ocorrer Assim, diminui o tempo de rotação do capital. Isso significa que aumenta a quantidade de meios de produção que são transformados em produto em dado período. Com isso, aumenta o consumo material (incluídos os recursos energéticos) necessários à produção, ainda que haja uma poupança de capital - e possivelmente de recursos energéticos - por unidade produzida (BARRETO, 2018).

A natureza se torna no capitalismo mero “substrato de dominação” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985), subordinada aos fins de acumulação incessante de capital. A crítica ecológica que se orienta a partir de Marx parte da sua ideia da ruptura ou fratura metabólica:

O esgotamento dos solos foi a primeira manifestação empírica da falha no metabolismo social do homem com a natureza (FOSTER, 2000). Estas manifestações hoje se generalizam, incluindo outros domínios já citados anteriormente - como o desequilíbrio no ciclo do carbono causador do aquecimento global e a perda da biodiversidade (...) A falha metabólica generalizada do homem com a natureza visível no século XXI é o desenvolvimento lógico do capitalismo, conforme descrito por Marx no século XIX. (CUNHA, 2012)

Marx argumenta como o crescimento das cidades que concentram a força motriz do capitalismo, o trabalhador, perturba a volta à terra dos elementos retirados do solo e consumidos pelos humanos, prejudicando a fertilidade natural do mesmo:

“todo progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar (...) o solo” “...todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade.” (MARX, 2014, p. 577) Do ponto de vista de uma análise mais histórica, essa teoria encontra suas bases por exemplo no famoso capítulo 23 “Sobre a assim chamada acumulação primitiva” e no seu artigo jornalístico sobre o furto da madeira. Nesses textos Marx argumenta como se deu historicamente o processo de formação do capitalismo para consolidação do proletariado, a classe dos despossuídos. Os cercamentos são o símbolo do que depois ocorreu de maneiras diferentes nos diversos territórios do planeta: a privatização das terras, dos recursos naturais e o fim dos campos comuns (MARX, 2014; FOSTER, 2000). A dissolução dessas formações sociais pré-capitalistas “que leva tanto a extensas expropriações de riqueza sob a forma não-capitalista e sua reapropriação como capital” (BARRETO, 2018, p. 130). Esse processo que alienou a maioria da população da terra é também o que gerou essa ruptura metabólica entre a humanidade e a natureza. (FOSTER, 2012) - definida por Marx como a alienação primeira (SAITO, 2021).

Como dissemos mais acima ao mostrar que o objetivo da produção capitalista é a valorização do capital ad infinitum, não importando o valor de uso do que é produzido. A produção não é determinada pelo controle consciente da sociedade. Dizemos que o trabalho abstrato reduz o trabalho concreto. A mistificação (de que é a mercadoria é originada do trabalho humano concreto) vai se acentuando durante o ciclo, ainda mais quando a mercadoria sai da unidade produtiva e vai para o processo de circulação. Isto que estamos descrevendo é o fetichismo da mercadoria. A relação entre pessoas aparece como uma relação entre coisas⁴⁵. Um aviso importante aos novos navegantes no marxismo é de que aqui a aparência não se trata de uma mera ilusão. Esse é um elemento muito importante do entendimento de Marx sobre como opera a ideologia e de sua crítica à filosofia de Feuerbach. Assim como em sua crítica à Feuerbach “Deus não é uma mera ilusão que desapareceria depois que sua falsidade fosse reconhecida” (SAITO,

⁴⁵ “as relações sociais entre os próprios homens (...) assumem, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, [1867] 2014, p. 182)

2021, p. 77), o valor também não desaparece ao elucidarmos às massas a verdade. A verdade, se for somente um argumento, não liberta.⁴⁶ A pergunta de Marx não é tanto sobre o que há por detrás dessa aparência, mas porque, sendo ela uma aparência, ela é real e objetiva? Quais as relações sociais que a sustentam?⁴⁷ O valor “se impõe como força de uma lei natural reguladora, como a lei da gravidade”. Significa dizer que não basta saber que a mercadoria e o dinheiro são aparências para se livrar dela e de sua força constrangente. É uma realidade objetiva que nos induz a considerar como determinantes essenciais – e até naturais – aqueles elementos que são determinantes aparentes e históricos. O debate sobre fetiche surge da crítica à religião. Relatos de colonizadores portugueses que observaram povos em África. Neles, objetos mortos (totens) exerciam força sobrenatural sobre aquela comunidade e descreveram isso como fetiche. Para Marx, a mercadoria, na nossa sociedade, é uma espécie de totem, que aparece como a ganhar vida própria e ter força própria sobre nós. Assim, também a sociedade capitalista não organiza na prática diretamente sua própria forma de socialização.

O fetichismo quando tratamos das mudanças climáticas é bastante explícito no problema do aquecimento global. Nem o capital individual, nem o capital enquanto classe, planejou o nível de concentração de gases poluentes na atmosfera que vivemos hoje. O capital, como força constrangente, que se impõe sobre a vontade dos indivíduos, dá o tom da sociabilidade - uma sociabilidade inconsciente. É por isso que alguns marxistas como Jason Moore e Daniel Cunha questionam o conceito de Antropoceno. Tal ideia pressupõe que vivemos uma era geológica em que a natureza é, de muitas maneiras, dominada pelo homem. Se, por um lado, isso é verdade, na medida em que o capital é uma relação social - logo, pressupõe a humanidade -, por outro é falso do ponto de vista de uma análise mais profunda do capitalismo.

Da mesma forma, não se pode dizer que o capitalismo é antropocêntrico. Pelo contrário, trata-se de realizar o

⁴⁶ Aqui, Marx se distancia do materialismo de Feuerbach e enuncia a filosofia da práxis em que teoria e prática estão em unidade. Sua obra que marca essa virada é a *Ideologia Alemã*. Para aprofundamento no tema, ver (SAITO, 2021).

⁴⁷ “A descoberta científica tardia de que os produtos do trabalho, como valores, são meras expressões materiais do trabalho humano despendido em sua produção fez época na história do desenvolvimento da humanidade, mas de modo algum elimina a aparência objetiva do caráter social do trabalho” (MARX, [1867], 2014, p.184)

antropocentrismo, já que no capitalismo o sujeito é sujeitado pelas coerções do capital. O antropocentrismo, de fato, só pode ser efetivo com a superação (Aufhebung) do capital. Tratar-se-ia, porém, de um antropocentrismo não instrumental, que reconhece a natureza como sujeito: “paz é um estado de diferenciação sem subjugação, em que o diferente é compartilhado”. Žižek, por sua vez, clama pelo “egoísmo esclarecido” para lembrar que não se trata de mirar capitalistas individuais, mas o sistema do qual os capitalistas são apenas personificações: Não deveríamos dizer que o capitalismo é sustentado pela ganância egoísta dos capitalistas individuais, pois o seu egoísmo é subordinado ao esforço do próprio capital para reproduzir-se; o que precisamos é de mais, não menos, egoísmo esclarecido (...) São as nossas preocupações ecológicas que estão ancoradas em um sentido utilitário de sobrevivência (CUNHA, 2015)

O capital estrutura uma socialização inconsciente. A mão invisível do mercado é a forma fetichizada do intercâmbio entre as pessoas na forma específica do capitalismo tal qual o Antropoceno é a forma fetichizada do intercâmbio (metabolismo) entre humanidade e natureza no capitalismo (CUNHA, 2015). Em ambos, há uma naturalização das relações de modo que torna turva a capacidade da sociedade de transformar a realidade de modo a garantir a sobrevivência humana: pois o controle efetivo dos ciclos materiais planetários depende do controle consciente por parte da sociedade da produção mundial.

Em Marx, não há forma mais fetichista que o capital portador de juros. É resultado do esforço do capital para se valorizar sem a mediação de trabalhadores e mercadorias, simplesmente passar de D para D' diretamente. É a realização do sonho do capital, a ausência de limites. O capital permanentemente enfrenta os limites do planeta, os transformando em barreiras e superando-as idealmente:

“O capital sempre tenta superar suas limitações pelo desenvolvimento de forças produtivas, novas tecnologias e do comércio internacional, mas, precisamente como resultado de tais tentativas contínuas de expandir sua escala, ele reforça sua tendência de explorar as forças naturais (...) aprofunda[ndo] suas próprias contradições.” (SAITO, 2021, p. 127)

“Este sonho do capital está se tornando o pesadelo daquilo que ele se esforça por libertar-se: o planeta e seus habitantes.” (POSTONE, 2014, p. 445). A economia ortodoxa trabalha repetidamente com a ideia de descobrir qual a taxa de

desconto intertemporal deve ser adotada para garantir que a vida das gerações futuras não seja profundamente ameaçada. Em geral, o conceito que se usa como equivalente é o da taxa de juros. Contudo, em Marx:

“No capital portador de juros, portanto, produz-se em toda sua pureza esse fetiche automático do valor que se valoriza a si mesmo, do dinheiro que gera dinheiro, mas que, ao assumir essa forma, não traz mais nenhuma cicatriz de seu nascimento. A relação social é consumada como relação de uma coisa, o dinheiro, consigo mesma.” (MARX, 2017, p. 442)

Usando a proxy da taxa de juros, queremos retomar a discussão sobre taxa de desconto apresentada no subcapítulo “breves considerações do desenvolvimento teórico do tema ecológico no campo acadêmico da economia”⁴⁸. Essa proxy significa que as consequências futuras do aquecimento global são descontadas segundo a taxa de juros considerada pelo modelo. Cunha, ao contestar o modelo de Nordhaus, argumenta que essa abordagem apresenta “uma gama de manifestações da forma-fetiche capitalista” (CUNHA, 2012, p. 38), uma vez que “nega a história” (IDEM) considerando a continuidade da acumulação capitalista pelos próximos séculos. Assume a priori que seguirá a ser o mercado a decidir sobre a alocação de recursos e não a decisão consciente dos indivíduos. Um modelo que toma a taxa de juros como mediação entre o metabolismo da humanidade com a natureza não manifesta apenas a ruptura metabólica, mas esse metabolismo “atinge a sua forma mais fetichizada” (CUNHA, 2012, p. 39-40). Há economistas, como Stern, que, num complexo de culpa e ingenuidade, buscam taxas de juros mais justas, com valores mais próximos de zero. Em outras palavras, taxas que descontam o menos possível o futuro. Nesses modelos, o corte nas emissões de poluentes deve diminuir com velocidade maior que o de Nordhaus. Embora desejável, Cunha argumenta que esses modelos com taxas moralistas são ilusões, pois os modelos devem usar as taxas de juros reais, que é a taxa que será efetivamente usada pelo mercado. Isso ocorre porque os países olham os ganhos reais da negociação, assim como os investidores analisam o custo-benefício de cada projeto e seus respectivos retornos. Não é uma taxa que resulta da decisão consciente e coletiva da sociedade, mas do mercado (CUNHA, 2012).

Pode-se dizer, portanto, que em um modelo que projeta as relações sociais

⁴⁸ Cf. Capítulo 2.1.

de metabolismo [da humanidade] com a natureza tomando a taxa de juros como determinante básico, a conceituação do metabolismo social para com essa natureza, de forma correspondente, atinge a sua forma mais fetichizada (CUNHA, 2012, p.39-40).

Procuramos demonstrar como o próprio Marx e também os marxistas trabalharam o tema ecológico no centro da crítica da economia política. Agora, trataremos brevemente do Bem-viver.

3.2 BUEN VIVIR

O Buen Vivir, como é conhecido no Equador, é uma forma de pensar em torno de quais prioridades se deve organizar a produção da vida. Nesse sentido, ela tem raízes em comum com outros povos da Amazônia e dos Andes. Parte da experiência dos povos indígenas marginalizados pelas teorias do desenvolvimento. Acosta entende que a institucionalização do desenvolvimento como meta a ser alcançada por toda Humanidade surge no pós segunda guerra mundial, e simboliza esse momento no discurso de Harry Truman em 1949:

“Devemos embarcar em um novo programa que disponibilize os benefícios de nossos avanços científicos e nosso progresso industrial para a melhoria e o crescimento das regiões subdesenvolvidas. (...) Pela primeira vez na história, a humanidade possui conhecimentos e habilidades para aliviar o sofrimento dessas pessoas (...) Com a cooperação das empresas, do capital privado, da agricultura e da mão de obra deste país, este programa pode aumentar a atividade industrial em outras nações e melhorar substancialmente seus padrões de vida.” (ACOSTA, 2016. *Itálico do original*)

Nesse período, em nome do “desenvolvimento”, os países centrais intervieram nos países subdesenvolvidos a fim de supostamente contribuir com nossa jornada ao desenvolvimento: manuais de desenvolvimento, intervenções diretas através do apoio a golpes militares, interferências através da implementação dos programas do Fundo Monetário Internacional (FMI) ou do Banco Mundial como condição para ajuda externa, a indústria cultural, dentre outras formas (ACOSTA, 2016).

Surgiram propostas na América Latina com uma visão crítica ao desenvolvimento, mas nenhuma delas saía dessa dualidade centro-periferia, desenvolvido-subdesenvolvido. Segundo Acosta, o Bem Viver, como proposta para “superar o desenvolvimentismo, supera as correntes heterodoxas, que na realidade miravam a ‘desenvolvimentos alternativos’” (ACOSTA, 2016, p. 70). O projeto estruturalista da CEPAL é um deles.

Esses projetos na América Latina fracassaram nas promessas de qualidade de vida, pleno emprego e dignidade para boa parte da população da região. Além disso, a ideologia desenvolvimentista na região foi responsável por orientar a política de governos que financiaram grandes projetos de indústrias de base (energia, mineração, etc.) sem medir o impacto socioambiental - tanto para a natureza quanto para as populações que dependem desses ecossistemas ou vivem no entorno. A América Latina foi palco no século passado de relevantes teorias que se materializaram em projetos e planos de governo cujo objetivo era a industrialização promovida, em boa parte dos casos, pelo Estado.

“Havia principalmente uma proposição política para países subdesenvolvidos, ou seja, a de industrializar, como meio de superar a pobreza ou de reduzir a diferença entre eles e os países ricos, e de atingir independência política e econômica através de um crescimento econômico auto-sustentado.” (BIELSCHOWSKY, 1988)

Mas, no final da década de 60, quando entra em crise os Anos Dourados e perdemos a fé no desenvolvimento, surgem alternativas modernas ao desenvolvimento. Mas nenhuma delas consegue impedir a crise latinoamericana dos anos 80 e 90 que afundou muitos países que vinham num ritmo de industrialização bastante acentuado. É nesse momento que a liberalização financeira e a globalização tomam força.

“...colocamos sobrenomes ao desenvolvimento para diferenciá-lo do que nos incomodava, mas seguimos pela trilha do desenvolvimento: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, desenvolvimento local, desenvolvimento global, desenvolvimento rural, desenvolvimento sustentável ou sustentado, ecodesenvolvimento, etnodesenvolvimento, desenvolvimento humano, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento com

igualdade de gênero, ecodesenvolvimento, desenvolvimento transformador... desenvolvimento, no final das contas. O “desenvolvimento”, como toda crença, nunca foi questionado: foi simplesmente redefinido por suas características mais destacadas.” (ACOSTA, p. 48 e 49)

Como processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a Natureza, o Buen Vivir, por sua vez, tenta superar o tradicional conceito de desenvolvimento. Não é um novo conceito de desenvolvimento, mas trata-se de uma alternativa ao desenvolvimento (ACOSTA, 2016). No Equador, a partir da compreensão do Bem-Viver, se construiu debaixo do governo de Rafael Correa, a primeira Constituição do mundo a reconhecer a Natureza como sujeito de direitos (ACOSTA, 2016). Mas, segundo Acosta, não se passou de um papel para o concreto (ACOSTA, 2016). A forma de organização da produção material da vida dos povos indígenas do Equador é um material fundamental para imaginar outros mundos e ver se é possível ou não superar a forma que nós produzimos. Afinal, passa por comprovar ou o caráter ontológico do nosso individualismo egoísta intrínseco que fatalmente nos conduz ao capitalismo como modelo único de relação social ou nos conduz a enxergar o caráter histórico da produção atual. Apostamos que o Buen Vivir nos revela o segundo caráter. A relação que demonstra Marx da separação homem-natureza, que nos coloca fora dela, é combatida por várias culturas, entre elas os povos indígenas do Equador que vêem a humanidade como parte integrada da natureza.

O Buen Vivir portanto existe como cultura dos povos indígenas do Equador - mas não só neste país. Nossa leitura é que se trata mais de um movimento e o livro de Alberto Acosta (2016) é mais um registro dessa experiência do que propriamente um projeto com robustez teórica. A luta dos trabalhadores e a cultura de organização é anterior a Marx. Contudo, Marx tem o mérito de conseguir avançar nas formulações teóricas do período em direção a um entendimento do capitalismo daquela época com um rigor metodológico impressionante. Os debates do livro de Acosta no máximo tangenciam discussões mais profundas sobre como se organiza o modo de produção capitalista na sua essência. Nesse sentido, apesar de dizer com todas as letras que o objetivo é ter “o pós-capitalismo - e não apenas o pós-neoliberalismo - como horizonte” (IDEM, p. 65) não há nenhuma afirmação explícita sobre a necessidade de superação do fetichismo da mercadoria que cria uma

socialização inconsciente em que o trem do progresso não necessita de maquinista. É verdade que questionar a ideia de desenvolvimento como crescimento econômico têm muito diálogo com a necessidade de superação da racionalidade do capital - em que a valorização contínua do valor é um imperativo inquestionável. Segundo os marxistas, “o crescimento da riqueza sob a forma de valor é tomado prontamente como a forma universal de crescimento da riqueza” (BARRETO, 2018, p. 137). Contudo, sem uma crítica mais explícita a *como* o valor domina a sociabilidade humana tal questionamento por parte dos defensores do Bem-Viver carece de profundidade. Apenas uma crítica ao crescimento econômico como muitos autores o fizeram sem necessariamente colocar em questão o capitalismo não será capaz de enfrentar as mudanças climáticas.⁴⁹

Nosso objetivo, com o que apresentamos até aqui, era entender as raízes teóricas do programa “Minka por la Vida” e poder, desta maneira, pôr à prova nossa **hipótese** no último capítulo: que o programa representado pelo candidato Yaku Guartambel funciona como embrião de uma resposta alternativa aos principais organismos diretivos do capital internacional. Para tal, pretendemos analisar o programa em si mesmo a partir do documento apresentado, mas não nos furtaremos de analisar as posições políticas e relações controversas que a principal figura pública do partido teve ao longo da trajetória.

Os principais organismos internacionais já admitem o fracasso em impedir as consequências ambientais e sociais do aquecimento global e falam, pelo menos desde 2007, em economia da mitigação e da adaptação às mudanças (Stern, 2007). O principal projeto que o capital apresenta para supostamente superar as contradições ecológicas, a Economia Verde, que tem mostrado muito pouca capacidade para garantir que o estoque de emissões de CO₂e fique no nível de segurança para não corrermos o risco de acionarmos feedbacks positivos que devem aumentar exponencialmente o ritmo das mudanças climáticas. Se assumirmos que as ideias não brotam do ar, mas nascem da materialidade, precisamos romper com a objetividade fantasmagórica que as sustenta. Assim, verificar a possibilidade de que esse programa contenha algo de emancipador para

⁴⁹ Para debates sobre crescimento zero sem superação do capitalismo ver: SMITH, R. Green Capitalism: The God that failed. World Economics Association: 2015.

as futuras gerações é uma discussão cuja urgência nos parece se justificar. Nesse sentido, passaremos agora a esboçar uma crítica a um dos programas políticos que surgiram no período recente.

4. PACHAKUTIK: PROGRAMA DE GOBIERNO *MINKA POR LA VIDA*

O Programa “Minka Por La Vida” do *Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik* foi apresentado como programa de governo para as eleições presidenciais de fevereiro de 2021. Um dos marcos das eleições foram as acusações de supostas fraudes que teriam prejudicado o Partido Pachakutik, que não foi ao segundo turno por 0,35% dos votos de diferença para Lasso, atual presidente do país. Para Yakú Perez, o candidato do partido, os outros dois candidatos teriam entrado num acordo para assegurar que o segundo turno excluísse a candidatura do programa Minka Por La Vida. Perez fez ainda acusações contra o ex-presidente Rafael Correa, que apoiava o candidato Andrés Arauz.

Por fim, em abril o segundo turno garantiu vitória ao conservador Guillermo Lasso, candidato da aliança entre os partidos *Creando Oportunidades* e *Partido Social Cristiano*. O resultado confirmou o sepultamento da onda progressista - que já estava sucumbindo no governo Lenín Moreno, apoiado por Correa e marcado pela austeridade fiscal - que atingiu a América Latina nos anos 2000 e o Equador em 2007 com a eleição de Rafael Correa.

O Programa é resultado de um balanço crítico aos governos do Alianza País e simultaneamente contém uma crítica ao modelo econômico neoliberal encabeçado nas eleições pelo programa de Guillermo Lasso. Assim, Pérez pretendia se colocar como uma nova alternativa, como nem o programa neoliberal nem o modelo progressista:

“Esse vai ser um longo período. A questão principal é como vamos sair dessas crises. O ‘novo normal’ está em disputa entre três grandes projetos, três grandes desenhos da forma de habitar o mundo, com seus atores e estratégias. Um mundo organizado em torno da teologia do mercado livre e dos fluxos especulativos do capital financeiro e rentista, baseado na superexploração da natureza e do trabalho, a fé na inteligência artificial e a exclusão estrutural de povos e Estados ‘inviáveis’, com formas autoritárias de democracia . Em segundo lugar, um mundo que ainda está sob a ordem e controle do Estado-nação, para regular a economia baseada na acumulação de capital e na participação da sociedade em

uma democracia disciplinada.” (PACHAKUTIK, p. 6, 2021)⁵⁰

O modelo progressista de Rafael Correa, que corresponde ao segundo projeto da citação acima, foi responsável pela forte repressão aos movimentos indígenas durante os protestos de 2011 e 2015, responsável também pela extração petrolífera em terras indígenas, não ameaçou a dolarização da economia do país e reforçou o extrativismo apoiando o capital chinês. Durante seu governo, cresceu a presença das empresas chinesas nas concessões mineiras (2016). A tabela abaixo mostra os 5 principais projetos estratégicos de mineração no Equador, que passaram, durante o governo Correa, a ser de maioria chinesa:

Tabela 1: Projetos estratégicos de mineração no Equador

Projeto	Mirador	Fruta del Norte	Loma Larga	Río Blanco	San Carlos Panantza
Empresa/ Origem	Ecuacorrientes S.A. (chinesa)	LundinGold Inc. (sueco-canadense)	INV Minerales S.A. (canadense)	Junefield (chinesa)	Ecuacorrientes S.A. (chinesa)
Fase	Construção da Mina	Investigações avançadas, negociando contrato de exploração	Investigações avançadas	Construção de minas	Investigações Avançadas
Metal principal	Cobre	Ouro e Prata	Ouro	Ouro	Cobre
Tipo de mina	Céu aberto - grande escala	Subterrânea - grande escala	Subterrânea - escala mediana	Subterrânea - escala mediana	Céu aberto - grande escala

Fonte: Barreto, 2016.

A tabela 1 é uma pequena amostra na mineração do que foi o estreitamento da relação entre o Equador, sob o governo de Rafael Correa, e o capital chinês. Apesar das importantes críticas ao progressismo - e evidentemente ao neoliberalismo -, o programa, ao se colocar como projeto alternativo, se caracteriza

⁵⁰ Éste va a ser un tiempo largo. La pregunta principal es ¿cómo vamos a salir de estas crisis? Está en disputa la ‘nueva normalidad’ entre tres grandes proyectos, tres grandes diseños de la forma de habitar el mundo, con sus actores y estrategias. Un mundo organizado en torno a la teología del mercado libre y de los flujos especulativos del capital financiero y rentista, basado en la sobreexplotación de la naturaleza y el trabajo, la fe en la inteligencia artificial y la exclusión estructural de pueblos y Estados ‘inviabiles’, con formas de democracia autoritarias. Segundo, un mundo que todavía acude a la ordenación y el control del Estado-nación, para regular la economía en función de la acumulación de capital, y la participación de la sociedad en una democracia disciplinaria. (PACHAKUTIK, p. 6, 2021)

como “o esboço de um mundo reorganizado em torno do amor, da gratidão e do cuidado pela vida da Pachamama e dos humanos com todos os seus irmãos plantas, animais, insetos, microrganismos e todas as epifanias da vida...”⁵¹. Essa frase é praticamente repetida no parágrafo que apresenta os objetivos gerais do programa. Diante de uma caracterização bastante razoável em relação aos outros dois projetos ao apontar a relação do neoliberalismo com os “fluxos especulativos do capital financeiro e rentista” e apontar também a dificuldade do progressismo de se construir enquanto alternativa ao sistema, servindo também à “acumulação de capital” faz uma apresentação bastante romantizada e rebaixada de um projeto que se proponha crítico aos outros. É difícil apontar o tom da crítica que devemos adotar já que, como documento de campanha eleitoral, há uma dimensão que tenta mobilizar sentimentos, mas certamente nos parece bastante aquém do que deve ser um projeto de um partido que diz querer superar o capitalismo.

Fazemos a ressalva de que o período em que o programa é escrito, a saber, ainda durante a pandemia do novo coronavírus, em que a racionalidade do capital mostrou de forma mais esgarçada sua oposição à vida, além de todo o contexto de destruição ambiental e crise climática, afirmar o cuidado com a vida nos parece necessário.

Também nos parece que essa relação harmoniosa com a natureza, que mobiliza os melhores sentimentos, é algo desejável na sociedade futura emancipada. Contudo, o plano de construção dessa sociedade passará por mediações e enfrentamentos que por vezes terão as aparências bastante distantes do “amor, agradecimento e cuidado”. Talvez, essa seja a razão pela qual o programa prefere o uso do termo *pós-capitalista* a *anticapitalista*. O primeiro não coloca a necessidade de enfrentar o sistema e portanto de traçar uma estratégia para tal, em que pese que reconhecemos que o movimento indígena equatoriano é bastante ativo e passou por diversos episódios de repressão policial, inclusive Yaku Perez, apresentado como o candidato do programa.

Chama também atenção o fato de que há algumas vezes o uso do termo

⁵¹ “el esbozo de un mundo reorganizado en torno al amor, agradecimiento y cuidado de la vida de la Pachamama y de los humanos con todos sus hermanos plantas, animales, insectos, microorganismos y toda epifanía de vida...”

excluídos, se negando a usar a identidade de classe trabalhadora. O uso desse primeiro termo, parece intuir que se deseja a inclusão dessas pessoas em determinada esfera. O limite da crítica é que há excluídos que precisam participar dessa sociedade, mas os fundamentos dessa sociedade não são postos em xeque quando se utiliza esse termo. A dualidade não é entre capital e trabalho, mas entre incluídos e excluídos.

O texto é organizado contendo um núcleo mais robusto que é o “Programa de Gobierno: Minka por la vida” que é subdividido em 4 partes temáticas, sendo elas: **Ecologia** (*Samay: Minka de las Ecologías: armonía con la madre-naturaleza y la sociedad*), **Economia** (*Allpa: Minka de la economía: cuidar la vida*), Educação (*Nina: Minka Educación para la vida*) e **Ética e participação popular** (*Yaku: Minka Ética por un Gobierno comunitario y transparente*). Antes, contém uma introdução, um diagnóstico e objetivos gerais e específicos. O texto acaba com um plano plurianual de como executar a Minka Por La Vida e uma explicação sobre os “mecanismos periódicos e públicos de prestação de contas da gestão”⁵².

Samay, Allpa, Nina e Yaku significam, respectivamente, ar, terra, fogo e água, segundo o próprio programa Minka por la Vida. São os elementos com os quais a Pachamama (tempo-espaço ou mãe natureza) nos nutre, segundo novamente o programa. Sendo assim, é possível perceber a forte influência no programa de uma cosmovisão dos povos e nacionalidades indígenas que vivem no território equatoriano. Segundo Acosta, o país é composto por catorze nacionalidades indígenas e em cada uma delas podem existir diversos povos:

“No Equador, as nacionalidades são entidades históricas e políticas que têm uma identidade, idioma e cultura comuns, e vivem em um território determinado mediante suas instituições e formas tradicionais de organização social, econômica, jurídica, política e de exercício da autoridade” (ACOSTA, p. 24, 2016)

De toda a sua população, cerca de 7% vive organizada em territórios indígenas e a esmagadora maioria da população equatoriana - cerca de 78% - é

⁵² “mecanismos periódicos y públicos de rendición de cuentas de la gestión”

descendente de indígenas. Isso põe a importância que tem o tema da cultura indígena, não apenas como retorno à tradição, mas também como cultura viva, que ainda hoje organiza comunidades inteiras - que inclusive tem jurisdição própria. Dizemos isso para mostrar que faz sentido o programa dialogar com a os elementos contidos nas culturas dos povos oprimidos daquele país. Nesse sentido, é muito evidente que o programa dialoga enormemente com o Bem-Viver - não à toa Alberto Acosta foi um dos apoiadores. “Garantir uma vida digna Bem-Viver no meio rural” é um dos pontos do tópico sobre Economia.

Por fim, o programa é marcadamente redistributivo de renda, inclusive considerando as desigualdades regionais do país. “Trabalhar menos, distribuir mais e produzir o necessário”⁵³ (PACHAKUTIK, p. 17) é uma das políticas acertadas do programa, que pretende com isso combater o desemprego, considerando o problema do desemprego como um problema de saúde. A ideia é também definir faixas salariais que supram as necessidades básicas dos trabalhadores - sem salários de fome. Ainda deixa claro que reduzir as horas de trabalho não significa a redução do salário. Essa política é fundamental para combater a ideia de que é necessário crescer, gerando mais lucros e com isso mais investimento para criar mais postos de emprego. Assim, consideramos essa como uma medida ecológica correta.

O texto traz termos como “fratura metabólica”, conceito marxiano explicado no capítulo anterior, e “Programa de transição”, nome que dá origem ao programa trotskista de fundação da IV Internacional. Do ponto de vista epistemológico, o programa Minka por la Vida parece ser fruto principalmente do Bem-Viver, mas contém clarões de marxismo. Talvez isso seja a tradução no programa de uma disputa que acontece no próprio partido. Há um setor no partido, liderado, entre outros, por Leonidas Iza, que assumiu em 2021, depois das eleições presidenciais, a direção da Confederação das Nações Indígenas do Equador (CONAIE), e que se apresenta como marxista com duras críticas a candidatura de Yaku Perez.

Em muitas passagens, o programa se apresenta como defensor do que chama de biocentrismo, em oposição ao antropocentrismo, em convergência com o

⁵³ “trabajar menos, distribuir más y producir lo necesario” (PACHAKUTIK, 2021, p. 17)

que apresenta Acosta sobre o Bem Viver. No início do tópico sobre Ecologia, diz “O princípio do biocentrismo se expressa no princípio da reciprocidade (ayni) com outros seres humanos, vivos, com a Mãe-natureza” (p. 11)⁵⁴. No ponto sobre o “cuidado do corpo e do espírito” do mesmo tópico afirma: “Não só [cuidar] do próprio corpo, mas também do corpo dos outros, fazendo-o de forma biocêntrica, não antropocêntrica” (p.)⁵⁵. Ainda: “O processo produtivo se assentará sobre bases biocêntricas” (p. 16)⁵⁶. Há outras citações semelhantes, mas estas nos são suficientes. Há um entendimento de que a sociedade atual coloca no centro o ser humano em detrimento dos demais seres vivos. Isso está correto apenas na aparência. Embora o capital seja uma relação social, ela subordina as sociedades humanas e não valoriza sua dimensão humana. Retomando o argumento de Daniel Cunha no texto “O Antropoceno como fetichismo”, é apenas possível entender o ser humano no centro para aqueles que não enxergam que, no capitalismo, até mesmo os capitalistas, segundo Marx, são ‘serviçais do capital’. No capitalismo, há uma força que constrange as ações humanas e que governa a todos. Não são as necessidades humanas que são o objetivo do modo de produção que vivemos, mas a necessidade de ampliação da massa de trabalho abstrato. A luta pela superação do capitalismo é a luta pela tomada do controle sobre nossas vidas e portanto é uma luta antropocêntrica, “um antropocentrismo não-instrumental”. Nas afirmações do programa, o que parece é que o capitalismo é um problema de capitalistas malvados, que não tem consciência ecológica. Isso é exatamente a linha de convencimento da Economia Verde. O papel da concorrência intercapitalista é posta de lado.

Em outro trecho com caráter biocêntrico, o programa diz que “toda actividad productiva [...] que atente contra la salud de los seres vivos que en ellos habitan, y que cambien para peor las condiciones de su reproducción de la vida, deberá modificarse”⁵⁷. Para a sobrevivência da espécie humana - e de muitas outras - no planeta, a reformulação das cidades e a readequação do destino dos resíduos fará

⁵⁴ “El principio del biocentrismo se expresa en el principio de reciprocidad (ayni) con los otros seres humanos, vivos, con la Madre-naturaleza.” (p. 11)

⁵⁵ “No solo [cuidar de] los cuerpos propios, también los cuerpos de los otros, hacerlo de modo biocéntrico, no antropocéntrico” (p.)

⁵⁶ “El proceso productivo se asentará sobre bases bio-céntricas” (p. 16)

⁵⁷ “toda actividad productiva [...] que atente contra la salud de los seres vivos que en ellos habitan, y que cambien para peor las condiciones de su reproducción de la vida, deberá modificarse” (PACHAKUTIK, p. 9)

com que populações de ratos, baratas e grupos que se alimentam ou vivem nesses ambientes passe fome, sofra ou ao menos diminua. Seremos contra? Há espécies invasoras em diversos ecossistemas que trazem prejuízos enormes para o equilíbrio do ecossistema da região. Impediremos sua contenção em nome da vida de todo e qualquer ser vivo? O programa, em ocasião desse debate, parece perder uma visão de conjunto em nome de uma espécie de individualização dos seres vivos não-humanos.

O programa pretende priorizar as economias locais. Ao institucionalizar o Plano Nacional de fomento à agroecologia com um orçamento de não menos que 5% do PIB” (PACHAKUTIK, p. 20), ao criar a “Escola Nacional de agroecologia e Economia Solidária em cada província com cursos para camponeses e camponesas” (IDEM), ao criar feiras locais, ao vincular o “sistema de café da manhã escola com a produção de pequenos produtores...para que as próprias comunidades rurais produzam por contrato assegurado os alimentos para as escolas rurais e urbanas” (IDEM)⁵⁸ Todas essas medidas se conectam com um dos objetivos do tópico de ecologia que é a “unidade, complementaridade campo-cidade”. Passam, portanto, por uma das medidas fundamentais que é repensar a ideia de cidade e a relação dela com o campo. Significa reorganizá-la e também desconcentrá-la populacionalmente falando.

Na Minka de la Economía, o programa afirma que a economia estará subordinada aos princípios da saúde (não apenas humana, mas da natureza como um todo) e da educação. Diz que “vamos construir e fortalecer as condições para reorganizar a economia de forma a atender às necessidades básicas de cada um e de todos ... com respeito ao ritmo dos processos naturais” (PACHAKUTIK, p. 15 e 17, *itálico nosso*)⁵⁹. O respeito ao ritmo dos processos naturais indica que a produção será realizada numa velocidade compatível com a capacidade de regeneração da natureza, sem sobrecarregá-la. Reafirma esse ponto quando fala da

⁵⁸ “Institucionalizar el Plan Nacional de fomento a la agroecología con un presupuesto de no menos del 5% del PIB. Creamos la Escuela Nacional de agroecología y Economía Solidaria en cada provincia con becas para campesinos y campesinas” e “Vincularemos el sistema de Desayuno Escolar con la producción de pequeños productores ... para que las propias comunidades rurales produzcan bajo contrato asegurado los alimentos para las escuelas rurales y urbanas”

⁵⁹ “vamos a construir y fortalecer las condiciones para reorganizar la economía en orden a las necesidades básicas de todas y todos... *con respeto al ritmo de los procesos naturales*” (PACHAKUTIK, p. 15 e 17, *itálico nosso*)

“transferência de tecnologias que respeitem a Mãe natureza”⁶⁰

No entanto, em um ponto sobre economia, o programa escreve:

“Os preços serão distribuídos a cada membro da divisão técnica e social do trabalho que participe de uma rede de produção, com base no valor agregado que ele contribuir e o tempo que nele permanecer, considerando a posição técnica e temporal que lhe corresponda.”⁶¹ (PACHAKUTIK, p. 18, *itálico nosso*)

Aqui, o programa parece se aproximar de uma abordagem da economia verde, uma vez que trata o pagamento ao salário como remuneração aos fatores de produção de acordo com o que contribuem no processo produtivo, típico da economia marginalista. Parece aludir também a uma remuneração baseada na produtividade individual. Isso se distancia da perspectiva marxista de entendimento sobre a produção de valor. Aqui nos parece haver um possível ponto de tensão com o objetivo de subordinar a economia à saúde e à educação.

O programa elenca medidas de combate às mudanças climáticas. Destacamos apenas aquelas com caráter econômico, já que existem medidas ligadas a outros temas, como é o caso das propostas sobre educação. A regulação da mineração, em que pretende-se

"devolver ao Estado todas as concessões de mineração de grande escala em todas as suas fases nas regiões do Litoral, Serra e Amazônia e realizar imediatamente um processo de auditoria abrangente da situação atual das concessões de mineração em nível nacional em que os direitos humanos foram violados... As empresas de mineração nacionais e transnacionais assumirão os custos de descontaminação de fontes de água, terras produtivas, perda de biodiversidade e outros efeitos sociais, culturais e

⁶⁰ “...la transferencia de tecnologías respetuosas de la Madre-naturaleza...” (PACHAKUTIK, p. 18)

⁶¹ “Los precios se distribuirán, a cada integrante de la división social y técnica del trabajo que participa dentro de una red de producción, en función del *valor agregado* que él aporta y del tiempo que permanezca en ella, considerando la ubicación técnica y temporal que le corresponda.” (PACHAKUTIK, p. 18)

econômicos.” (PACHAKUTIK, p. 13)⁶²

O programa defende ainda uma consulta popular para o povo decidir sobre a continuidade de cada mineradora. Com relação ao petróleo, defende o limite para a ampliação da fronteira petrolífera e para a construção de refinarias. As que forem abertas ou que seguirem existindo, deverão cumprir regras rígidas com relação à violação de direitos humanos e direitos da natureza. Por fim, o governo não oferecerá territórios indígenas a empresas petroleiras, tal como fez o governo Correa (ACOSTA, 2016). Limita ainda a construção de novas grandes hidrelétricas pelo impacto socioambiental que representam. É também bastante rígido com relação às atividades produtivas que causem danos à qualidade da água: empresas que o fizerem não poderão permanecer no país. Isso nos parece bem distinto dos modelos da economia ambiental, que, ao invés de negarem a poluição, propõem a internalização dos custos como através dos impostos de Pigou. O mesmo vale para a medida proposta em relação ao extrativismo, que é bastante mais branda nas propostas das análises de custo-benefício da economia ambiental, cuja transição é mais gradual. O reconhecimento da soberania compartilhada e a devolução imediata das terras tomadas dos indígenas para fins empresariais são outras medidas prometidas. Todas essas medidas parecem bastante ambiciosas e seguramente, se adotadas no prazo de um mandato presidencial, trarão impactos para a economia do país bastante significativos. Se o governo bancar o enfrentamento, será um período de tensão e acirramento nas ruas e com o empresariado.

Durante o governo Correa, da pressão dos movimentos indígenas nasceu a proposta de não explorar petróleo nos campos de ITT (Ishpingo, Tiputini e Tambococha) em troca de uma compensação financeira, ou seja, a criação de um fundo em que instituições internacionais e países doariam para o governo equatoriano. O dinheiro do fundo seria usado para transformar a matriz energética, conservar e reflorestar as áreas protegidas e desenvolver pesquisas tecnológicas

⁶² “...revertir al Estado todas las concesiones mineras a gran escala en todas sus fases en las regiones de la Costa, Sierra y Amazonía y emprender de manera inmediata un proceso de auditoría integral a la situación actual de las concesiones mineras a nivel nacional ya que se ha violado los derechos humanos... Las empresas mineras nacionales y transnacionales asumirán los costos que representa descontaminar las fuentes de agua, tierras productivas, pérdida de biodiversidad y demás efectos sociales, culturales y económicos.” (PACHAKUTIK, p. 13)

em particular para o desenvolvimento social sustentável da Amazônia (ACOSTA, 2016). A doação ocorreria porque supostamente era do interesse internacional que o território dos povos indígenas fosse preservado na região e que houvesse menos poluição atmosférica. A ideia de proteger a Amazônia foi amplamente aplaudida nas Nações Unidas. Mesmo a meta de arrecadação sendo muito menor que o potencial de arrecadação no caso da efetiva exploração dos campos de petróleo, não foi possível alcançá-la e o governo equatoriano desistiu da ideia. Apesar do fracasso, a Iniciativa Yasuní-ITT - como ficou conhecida - tinha como um de seus pilares dar início a uma transição da matriz energética em direção a eliminação do petróleo. Poderia ser, como afirma Acosta, uma “possibilidade de encontrar (...) respostas concretas aos graves problemas mundiais derivados das mudanças climáticas”. Acosta, em seu livro, joga a responsabilidade do erro principalmente sobre o presidente Correa. Sem eximi-lo de possíveis equívocos estratégicos, nos parece insuficiente entender essas contradições apenas no nível do indivíduo. Sendo assim, retomando os pontos do programa, como abrir mão de uma das principais fontes de receita do Estado e um dos produtos mais encadeados da economia? Qual impacto econômico com a adoção dessas medidas imediatamente - imaginando que não há como incorporar novas tecnologias e fontes energéticas à matriz de forma imediata? É viável a sustentação de um governo que adota tais medidas? Qual a disposição de enfrentamento às elites locais e internacionais qual a capacidade de articulação com outros governos da América Latina? O programa pretendia estabelecer limites na exploração do petróleo que não permita uma produção superior a 500 mil barris diários. Isso não é tão radical quanto propunha Acosta, mas ainda é bastante impactante, considerando que significa não haver mais incrementos na produção.⁶³

O tema continental fica apagado ao longo de todo o programa, muito embora o Equador seja um país pequeno e que faz fronteira com alguns países latinoamericanos. É possível ter uma realidade de *pós-petróleo* e *pós-extrativismo* - termos do programa - em um só país? É possível afastar as contradições do mundo e viver como uma redoma de vidro impermeável a elas? Caso não, o programa carece de explicações sobre como pretende avançar dadas essas dificuldades. O

⁶³ O Equador já produz hoje próximo do teto de 500 mil barris por dia: <https://www.eluniverso.com/noticias/economia/como-se-conseguira-la-meta-de-producir-40000-barriles-a-diciembre-del-2021-propuesta-por-quillermo-lasso-nota/>

programa acerta na necessidade de soluções imediatas, mas abstrai a política.

CONCLUSÃO

Buscamos demonstrar, nos limites deste trabalho, as dificuldades que o Programa Minka Por la Vida apresenta para enfrentar seriamente as questões ecológicas que se colocam para a humanidade no século XXI. Nesse sentido, esboçar as bases da Economia Verde foi fundamental para entender qual o programa que é necessário se diferenciar e porquê. Este último é um programa que surge no seio do capitalismo, das necessidades de criação de novos mercados e novas necessidades para produção e realização de mais-valor. Isso é confirmado se verificamos os períodos em que ganham maior força: durante e logo em seguida da crise de 2008 e mais recentemente com o programa Biden para a crise da pandemia do novo coronavírus. É dessa forma que pensamos a criação de novas mercadorias como o carbono: o capital tentando superar os limites que encontra e, dessa forma, acabando por aprofundar suas contradições, esgarçando o metabolismo com a natureza ainda mais. Além disso, a economia verde mostra que reserva ao Estado algum papel na reorganização dos mercados, e portanto não é *ou* mercado *ou* Estado.

Ao mesmo tempo, reconhecemos as virtudes do programa, ao tratar o correísmo como um programa que está ao lado da acumulação de capital, e não contrário a ela. Com apoio dos povos indígenas, todo o programa dá um tom de reescrever “a história à contrapelo”, desde os debaixo, os que ficaram como efeito colateral do progresso. Ao colocar a necessidade de defender “que nadie escupa sangre, pa que otro viva mejor”⁶⁴. Ao defender a transição energética, a estatização de empresas extrativistas, a reorganização da produção privilegiando a lógica comunitária, dentre outras.

Do ponto de vista teórico, as visões mais críticas que destacamos foram as

⁶⁴ “Preguntitas sobre Dios”, canção de Atahualpa Yupanqui.

análises marxista e do Bem-viver. Do primeiro, explicamos, a partir da teoria do valor, as ideias de fetiche, alienação do homem à natureza e o debate sobre produtividade e crescimento da demanda material como lógica imanente do capital. Aqui, mostramos também os problemas da teoria ortodoxa que trabalha com a taxa de desconto intertemporal. No segundo, buscamos historicizar o debate sobre desenvolvimento e a visão crítica do bem-viver. Procuramos demonstrar os pontos de interseção e de afastamento do Programa Minka por la Vida com a perspectiva marxista. E no que diz respeito ao bem-viver, mostramos sua completa adesão. Em especial, destacamos a convergência com uma visão de mundo biocêntrica e a perspectiva de enfrentamento ao modelo extrativista que ameaça povos tradicionais.

A análise do programa também trouxe perguntas que infelizmente fogem do escopo deste trabalho, mas que podem indicar caminhos para uma pesquisa futura. A questão sobre como lidar com a contradição de manter o petróleo e outros minerais no solo, o que exige bastante força política diante das forças nacionais e internacionais, quando justamente isto tende a enfraquecer a economia do país e acirrar as tensões políticas. A transição energética pode em determinados momentos e territórios não apresentar viabilidade financeira. Como não sucumbir diante da necessidade que o capital impõe de resultados trimestrais de PIB e de lucratividade? A solução que o programa apresenta é o fortalecimento de cooperativas, pequenos agricultores e a economia local, mas não apresenta estudos sobre a viabilidade disto segurar todo o prejuízo que a não extração acarretará para a geração de empregos. Evidente que se há disposição para o enfrentamento, sustentar um governo de crises é difícil, mas não impossível. Outra questão é se é possível construir um programa ecológico realmente consequente sem um programa de soberania latino americana, que fortaleça programas semelhantes em outros países da região e uma integração a fim de negociar com os países do norte numa posição menos desfavorável.

O programa coloca muito peso na questão da identidade, em especial dos indígenas. Isto deve ser visto como um duplo. Se, por um lado, é positivo, por outro pode ser uma armadilha. “A identidade se torna uma armadilha quando se converte em política, ou mais precisamente, em “política de identidade” ou identitarismo” (ALMEIDA, 2019, p. 9). A armadilha está em analisar como se a identidade fosse uma essência transistórica, “como se fosse algo exterior às determinações da vida social” (IDEM). Como partido indígena, o Pachakutik convive com uma linha tênue

entre entrar num looping do particular e conseguir dar ao seu programa um aspecto universal, que reconheça as contribuições de fora da cosmovisão indígena, como a marxista, que podem contribuir na formulação de um programa radical. Isso se apresenta em particular nas diferenças internas do partido.

Podemos pensar que, se por um lado, foi o avanço das forças produtivas nos últimos séculos o responsável pelo surgimento do aquecimento global através das fábricas e tecnologias de extração e combustão, é também verdade que o aquecimento global, como problema, só foi identificado graças ao desenvolvimento de uma tecnologia capaz de medir a concentração de carbono na atmosfera derivada também desse avanço das forças produtivas. Isto exemplifica a contradição dos meios de produção (MARX, 1859, 2008, p. 48) - que servem para produzir e para destruir -, e também confirma o argumento de Marx de que “a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver” e também “ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir.” Há condições técnicas e materiais para resolver o problema das mudanças climáticas. O modelo apresentado por Cunha (2016), apesar de extremamente pessimista, mostra que a transição solar é possível. O problema em que esbarramos é de outra ordem. No capitalismo, “a técnica, como tudo o mais, está submetida ao buraco da agulha da valorização do valor.” (CUNHA, 2016). O desafio, portanto, de qualquer programa ecológico consequente é o de criar as condições sociais e políticas, que seguramente tem no horizonte a superação desse modo de destruir a vida.

REFERÊNCIAS:

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução: Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ACOSTA, Alberto. **Breve história económica del Ecuador**. Quito: Corporación Editora Nacional: 2006.

ALMEIDA, S. **Prefácio da edição brasileira** In: HAIDER, Asad. *Armadilha da Identidade*. São Paulo: Veneta, 2019.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

BARRETO, Eduardo Sá. **O capital na estufa: para a crítica da economia das mudanças climáticas**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

BARRETO, Helena Marroig. **Debate crítico sobre extrativismo: dependência e avanço da mineração no Equador e na Bolívia**. Dissertação (Mestrado em Economia da Indústria e da Tecnologia). Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

CORREA, Rafael. **Equador: da noite liberal à Revolução Cidadã**. Tradução: Emir Sader. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

CUNHA, Daniel. **A transição solar como possível-impossível**. Sinal de Menos, n. 11, vol. 2, pp.312-327, maio 2015.

CUNHA, Daniel. **O Antropoceno como alienação**. Sinal de Menos, n. 8, pp.29-50, fev. 2012.

CUNHA, Daniel. **O Antropoceno como Fetichismo**. , [S.l.], n. 6, p. 83-102, jan. 2015. ISSN 2317-8825. Disponível em:
<https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/72>. Acesso em: 26 nov. 2021

DALAL-CLAYTON, Barry. **Emergence of the green economy debate**. In: Turning green the strategic way: the role and potential of strategic environmental assessment in securing a green economy. International Institute for Environment and Development: 2013. (Acessado em 27/05/2021
<http://www.jstor.org/stable/resrep01391.4>)

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia da economia política marxista**. Lutas Sociais, São Paulo, n. 28, p. 87-104, jan-jun, 2012.

FOSTER, John Bellamy. **La ecología de Marx: materialismo y naturaleza**. Espanha: Intervención Cultural/El Viejo Topo, 2000.

GARCÍA LINERA, Álvaro. **A potência plebeia: A ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia**. Org: Pablo Stefanoni. Tradução: Mouzar Benedito e Igor Ojeda. São Paulo: Boitempo, 2010.

GORDON, KATE. **Risky Business: The Economic Risks of Climate Change in the United States**. Risky Business Project, 2014.
http://riskybusiness.org/uploads/files/RiskyBusiness_Report_WEB_09_08_14.pdf
(acesso em 06/06/2021).

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2005.

KENIS, Anneleen; Lievens, Matthias. **The limits of the green economy: from re-inventing capitalism to re-politicising the present**. USA: Routledge, 2015

LÖWY, Michael. **O que é o ecossocialismo?**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOORE, Jason W. **El capitalismo en la trama de la vida: ecología y acumulación de capital**. Madrid: Traficantes de sueños, 2020

PACHAKUTIK, Movimiento de Unidad Plurinacional. **Programa de gobierno minka por la vida**. Disponível em: https://alertas.directoriolegislativo.org/wp-content/uploads/2021/02/Pachakutik_compressed2.pdf (Acessado em 04/05/2021 às 21:23)

SAITO, Kohei. **O ecossocialismo de Karl Marx: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política**. São Paulo: Boitempo, 2021.

STERN, Nicholas. **The Economics of Climate Change: The Stern Review**. Cambridge, UK: 2007, Cambridge University Press.

SVAMPA, Maristella. **¿Hasta dónde van los movimientos por la justicia climática?** Nueva Sociedad, Buenos Aires, vol. 286, p. 107-121, marzo-abril, 2020.

SVAMPA, Maristela. **Neo-extractivism in Latin America: Socio-environmental Conflicts, the Territorial Turn, and New Political Narratives**. UK: Cambridge University Press, 2019.

UNDESA, Division for Sustainable Development. **A guidebook to the Green Economy**. 2012.
<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/GE%20Guidebook.pdf>
(Acesso em: 06/06/2021 às 16:36)

UNEP. **Frontiers 2018/19: Emerging Issues of Environmental Concern**. 2019.

<https://www.unep.org/resources/frontiers-201819-emerging-issues-environmental-concern> Acesso em 16/12/2021 às 14:35

UTEP, United Nations. **Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication.** 2012.

<https://sustainabledevelopment.un.org/index.php?page=view&type=400&nr=126&menu=35> Acesso em 06/06/2021 às 16:38